

Acção **Socialista**

Nº 1256 - 27 Dezembro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



SÓCRATES OBTÉM EXCELENTE RESULTADO EM BRUXELAS



ENTREVISTA

Carlos Zorrinho:
"A Agenda de Lisboa é uma marca indelevelmente ligada a Portugal" **8**



TGV

Portugal na alta velocidade **7**

FORMAÇÃO

Qualificar um milhão até 2010 **5**

SUPLEMENTO



SOARES CONSOLIDA APOIOS EM TODO O PAÍS

Páginas centrais

Soares Presidente

COMÍCIO EM LOURES



www.mariosoares.net

Pavilhão Luciano Bastos > 7 Janeiro > 21:00h

VITÓRIA DE PORTUGAL NO ACORDO EUROPEU



JORGE SEGURO SANCHES

1. Graças ao acordo alcançado no último Conselho Europeu, Portugal vai receber, no período entre 2007 e 2013, mais de 22,5 mil milhões de euros de fundos comunitários. Este valor é tão mais significativo na medida em que, quando o Governo do PS iniciou funções, o valor que estava em cima da mesa era de uma proposta que definia para Portugal cerca de 17 mil milhões,

Mais do que isso, o acordo alcançado concede a Portugal diversas vantagens, nomeadamente na área da agricultura, no montante máximo da comparticipação comunitária, na contabilização do IVA não dedutível no montante do financiamento e numa maior flexibilidade temporal dos financiamentos.

Este facto é uma grande vitória para Portugal, para os portugueses mas muito especial para o Governo e para o nosso primeiro-ministro, José Sócrates, que com a determinação que os portugueses já conhecem vai colocar todos estes meios financeiros ao serviço de grandes objectivos nacionais: qualificando os portugueses, promovendo a competitividade, modernizando a Administração Pública e valorizando o território.

Este facto foi também uma vitória da Europa a 25 contra os sucessivos impasses que nos últimos meses travaram e puseram em causa o rumo de construção europeia. Também graças a este acordo a confiança aumentou no seio dos europeus e da sua economia.

2. Decorreu a primeira série de debates entre os principais candidatos à Presidência da República. Apesar do modelo de debate utilizado mais se assemelhar a duas entrevistas sobrepostas foi positivo que pela primeira vez os candidatos pudessem explicar aos portugueses quais as suas propostas e em que elas diferiam do seu opositor.

No final desta série de debates todos os candidatos, com excepção do candidato da direita, reconheceram a necessidade de realização de mais debates: afinal não se discutiram muitos temas importantes e decisivos para os portugueses.

É em debate, e não fechados nas respectivas candidaturas, que melhor se conhece a personalidade e a autenticidade dos candidatos ao cargo de mais alto magistrado da nação.

O acordo alcançado concede a Portugal diversas vantagens, nomeadamente na área da agricultura, no montante máximo da comparticipação comunitária, na contabilização do IVA não dedutível no montante do financiamento e numa maior flexibilidade temporal dos financiamentos

GUTERRES ELEITO PERSONALIDADE PORTUGUESA DO ANO



A Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal (AIEP) escolheu António Guterres como "Personalidade Portuguesa do Ano", atendendo à sua nomeação como alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. "Os correspondentes que integram a AIEP consideram que a nomeação para este cargo representa um reconhecimento do prestígio internacional e do perfil humanista do ex-primeiro-ministro e ex-presidente da Internacional Socialista", sublinha o comunicado da associação. Para a AIEP, a chegada de um português ao cargo de alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados "eleva ainda mais o prestígio e a notoriedade internacional de Portugal". O ex-líder do PS tomou posse como alto-comissário a 15 de Junho deste ano, tendo desde então desenvolvido uma intensa actividade junto de refugiados em vários pontos do globo.

MENSAGEM DE NATAL DO PM

VENCER AS DIFICULDADES PARA TER UM PAÍS MELHOR

Na sua primeira mensagem de Natal aos portugueses como primeiro-ministro, José Sócrates pediu "compreensão e cooperação" para prosseguir a política actual, sublinhando que "o país não avança continuando a viver de ilusões e de sucessivos adiamentos".

Na mensagem, transmitida pela RTP1, o chefe do Governo classificou o ano que agora termina como de mudança, assinalando que em 2005 "o país começou finalmente a enfrentar e resolver os seus problemas". De qualquer forma, reconheceu que foi um período "ainda difícil para muitas famílias".

"Sabemos todos que há muitas coisas que é preciso mudar em Portugal para que possamos garantir aqui um futuro melhor, para nós e para os nossos filhos. Pois essa mudança já começou. Finalmente começou", disse.

O primeiro-ministro sublinhou que a mudança não pode ser concretizada com "um passe de mágica" nem "de um dia para o outro", afirmando-se convicto de que o Governo que lidera está a seguir "o caminho certo".

"E estamos a fazê-lo com a coragem e com a determinação que são necessárias para levar o país para a frente. Para que a economia portuguesa possa melhorar e criar mais empregos. Para que os jovens tenham mais oportunidades."

"Tenho a profunda esperança – tenho mesmo a certeza – de que, com a



compreensão e a cooperação de todos os portugueses de boa vontade, Portugal vai ser capaz de vencer as dificuldades e vai ter um futuro melhor", afirmou. Menos desigualdades sociais, assegurar o pagamento das pensões de reforma no futuro e garantir que os

idosos "vejam assegurado um rendimento que lhes permita viver com dignidade" foram os outros pontos destacados pelo primeiro-ministro, que apontou como meta que Portugal "se volte a aproximar do nível de vida dos países mais desenvolvidos".

ORÇAMENTO COMUNITÁRIO

SÓCRATES CONSEGUE RESULTADO "MUITO BOM"

"Muito bom" e "muito importante" para Portugal foi como o primeiro-ministro, José Sócrates, classificou o acordo obtido na cimeira de Bruxelas relativo ao quadro orçamental para 2007/2013. Falando aos jornalistas no final de uma maratona negociada de dois dias, José Sócrates não escondia a satisfação pelos resultados alcançados, sublinhando que o acordo agora obtido é "ainda melhor" do que a proposta que estava em cima da mesa em Junho passado, altura em que a presidência da União Europeia cabia ao Luxemburgo.

Segundo o primeiro-ministro, este acordo mantém o nível de despesa da coesão que já estava contido no documento de Junho - 21,3 mil milhões de euros (16,420 de Fundos Estruturais, 2,722 de Fundo de Coesão e 2,143 de transferências para o Desenvolvimento Rural e Pescas) - "o que é um resultado muito positivo para o nosso país".

O pacote total específico para Portugal, incluindo Política de Coesão e Desenvolvimento Rural e Pescas, é de cerca de 22,5 mil milhões de euros.

Com o acordo alcançado, Portugal também beneficia de maior flexibilidade no aproveitamento dos fundos estruturais. Assim, a taxa máxima de co-financiamento comunitário num projecto passa a poder ascender a 85 por cento - (em vez dos 80 por cento actuais), uma circunstância que Sócrates considerou "ainda mais relevante no contexto da consolidação orçamental".

Com as novas regras de flexibilidade, Portugal passa ainda a poder utilizar as verbas comunitárias durante três anos depois da sua autorização orçamental, em vez dos actuais dois, findos os quais Portugal teria que devolver os fundos à União.

Quanto ao IVA - Imposto sobre o Valor



Acrescentado, Portugal conseguiu que lhe fosse aplicada a inclusão do imposto não dedutível nas despesas elegíveis para co-financiamento comunitário. "Se a regra não nos fosse

aplicada, as entidades que não podem deduzir o IVA tê-lo-iam que suportar na íntegra. Isto aplica-se, em particular, nos casos de câmaras municipais e organismos da administração central,

como hospitais ou institutos públicos". De acordo com "estimativas preliminares", o Governo prevê que a aplicação desta regra pode beneficiar os promotores de projectos em cerca de 800 milhões de euros.

Foi igualmente aprovado que as parcerias público-privadas também podem ser co-financiadas por fundos estruturais e de coesão, passando a ser elegíveis na totalidade, incluindo não apenas o investimento público mas também o privado.

O acordo agora alcançado incluiu ainda um envelope financeiro específico para as regiões ultraperiféricas, como a Madeira e Açores.

Um acordo "ainda melhor" do que o que se desenhava nas negociações fracassadas de Junho foi o que José Sócrates obteve para Portugal na cimeira de Bruxelas. No total, 22,5 mil milhões de euros, o que dá quase nove milhões por dia.

O QUE VAMOS RECEBER EM 2007/2013

Em mil milhões de euros

Fundos estruturais	16,420
Fundos de coesão	2,722
Transferências para Des. Rural e Pescas	2,143
Subtotal	21,285
Ajudas directas ao Des. Rural	1,2
TOTAL	22,485

UNIÃO EUROPEIA

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA EM 2007 ORGANIZARÁ DOIS CONSELHOS EUROPEUS

A preparação da presidência portuguesa já se iniciou. De facto, o Conselho de Ministros do passado dia 15 avançou já com calendários precisos. Assim, estão previstas para o segundo semestre de 2007 a realização de duas cimeiras de chefes de Estado e de Governo.

Segundo o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, o primeiro Conselho Europeu terá um carácter informal e realizar-se-á em Portugal, em local ainda a definir, nos dias 18 e 19 de Outubro de 2007.

"A segunda cimeira de chefes de Estado e de Governo, esta com um carácter formal, está agendada para os dias 13 e 14 Dezembro em Bruxelas", acrescentou

Freitas do Amaral.

Por outro lado, o ministro adiantou que, até ao final do corrente ano, o Conselho de Ministros irá aprovar a criação de uma estrutura de missão "para apoiar o trabalho de coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros" na organização da presidência portuguesa, que se inicia em Junho de 2007 e termina em Dezembro desse mesmo ano.

O ministro dos Negócios Estrangeiros referiu ainda que o Governo português tenciona apresentar um calendário de debates, seminários e colóquios sobre o futuro da União Europeia e, em particular, do Tratado Constitucional europeu.



“POLÍCIA EM MOVIMENTO”

VIATURAS EQUIPADAS COM MEIOS TECNOLÓGICOS

Visando permitir um mais eficaz combate a infracções e à insegurança rodoviária, a GNR e a PSP têm desde o passado dia 17 meios tecnológicos nas viaturas e também nos agentes apeados para aceder à informação a todo o momento.

O ministro da Administração Interna, António Costa, apresentou no Estoril o programa “Polícia em Movimento”, um projecto que tem como objectivo introduzir nos automóveis das forças de segurança meios tecnológicos móveis, bem como disponibilizar aos militares e agentes apeados meios informáticos.

Com o programa agora lançado, as forças de segurança passam a ter permanentemente acesso a informação, como a que respeita a viaturas a apreender ou pessoas procuradas, proporcionando um incremento da segurança quer dos agentes, quer dos cidadãos, um aumento da eficácia da acção policial e da celeridade dos processos.

De acordo com o ministro da Administração Interna, este é um “projecto que assegura ter uma esquadra nova e um

posto novo em movimento”.

O novo sistema permitirá ao agente fazer uma avaliação efectiva do grau de risco das circunstâncias, aumentar a segurança, a eficácia, a celeridade dos processos, a fiabilidade da informação e a transparência, já que o sistema pode ser controlado a todo o tempo e a todo o momento.

Estes novos meios informáticos vêm permitir a mobilidade no acesso à informação nas missões no terreno, a consulta imediata, permanente e actual à informação existente em bases de dados ou o registo e execução de contra-ordenações electrónicas.

A informação a ser disponibilizada para as forças de segurança prende-se com viaturas roubadas e a apreender, histórico de contra-ordenações, cartas de condução, dados de veículos ou membros de empresas de segurança privada.

No âmbito deste projecto será ainda possibilitada a execução de contra-ordenações e o pagamento ou depósito das contra-ordenações directas.

António Costa explicou que as viaturas



vão estar inclusivamente dotadas de impressora, o que permitirá imprimir imediatamente o auto e deixar que uma pessoa atuada fique logo com a cópia. O ministro salientou a “racionalização” que um projecto destes “introduz na vida dos serviços”, pondo fim a todo um processo moroso que ia desde o preenchimento dos papéis à mão, até à entrega nos serviços e posterior digitalização.

“Agora fica tudo digitado no próprio momento e disponível para a GNR e para a PSP, bastando para isso introduzir os dados uma única vez pelo agente em patrulha”, acrescentou.

António Costa referiu ainda que este projecto foi financiado sobretudo pelo Fundo de Garantia Automóvel, no âmbito dos 3,9 milhões de euros disponibilizados para o Ministério da Administração Interna.

De acordo com o ministro, um milhão de euros foi afecto a financiar acções de prevenção rodoviária, 900 mil foram usados para comprar alcoolímetros, balanças e radares e dois milhões para financiar o fundamental do projecto.

CONGRESSO DO DESPORTO

LANÇAR AS BASES DE UMA POLÍTICA MAIS AMBICIOSA

O Congresso do Desporto tem como objectivo central “ajudar a definir as bases de uma nova e mais ambiciosa política e a agenda futura do desporto em Portugal”, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na abertura deste evento, em Matosinhos, iniciativa que decorrerá até 19 de Fevereiro, com debates em todos os distritos e nas regiões autónomas.

“Queremos uma nova Lei de Bases, mas o desporto precisa muito mais do que uma lei. Espero que o congresso vá muito mais longe que isso”, disse o ministro, sustentando que este objectivo deve alcançar-se “através de um amplo processo de construção partilhada”.

“Podíamos ter feito uma lei e aprová-la, mas preferimos apelar à participação de todos os agentes desportivos”, afirmou, considerando que se precisa “de uma política que confie menos na sorte e que não confunda êxitos pontuais com o nível geral do nosso desporto. É necessário saber semear para poder colher”.

Por sua vez, o secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias, defendeu que é preciso partilhar as responsabilidades entre Governo, administração local e restantes parceiros, afirmando-se ainda “preocupado, mas feliz, por perceber que a família do desporto respondeu à chamada”. Os dois governantes falavam durante o debate do primeiro tema da iniciativa, “Políticas de financiamento do sistema desportivo”.



GOVERNO REDUZ IVA PARA 5 POR CENTO NOS PRODUTOS FLORESTAIS

A redução do IVA de 21 para cinco por cento nos produtores florestais foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, no âmbito de um conjunto de medidas avançadas pelo Governo para uma gestão activa do sector da floresta.

A proposta governamental, ainda em fase de projecto de lei, dirige-se aos serviços de limpeza de matos, povoamentos e desbaste.

“Esta redução do IVA para cinco por cento é uma proposta do ministro das Finanças e é mais um sinal positivo que o Governo pretende dar aos produtores florestais para que estes se associem à gestão activa da floresta através de incentivos económicos”, afirmou no dia 13 Jaime Silva à saída da reunião da comissão parlamentar eventual para o combate aos incêndios florestais. Para além desta medida, o Governo pretende também agravar em 40 por cento as coimas para os proprietários que não fazem uma correcta gestão das suas florestas.

Segundo Jaime Silva, apesar da crise orçamental, “era preciso dar este sinal claro a todo o sector” através da aplicação dos fundos do III Quadro Comunitário de Apoio para a Agricultura e de incentivos fiscais que permitam uma gestão activa da floresta.

Na opinião do ministro, este incentivo fiscal “é a cereja em cima do bolo de todo o pacote legislativo que o Governo vai aprovar a 22 de Dezembro”.

Quanto ao impacto financeiro desta medida, o ministro disse “ser difícil de prever os milhões que se podem perder



porque a actividade florestal tem vindo a reduzir-se sucessivamente”.

No entanto, adiantou, “podemos dizer que vamos perder razoavelmente algum dinheiro” se a medida tiver sucesso, ou seja, se contribuir para o desenvolvimento da actividade florestal.

Porém, Jaime Silva fez questão de reafirmar que o Governo “não deixará de aplicar

penalizações e coimas” a quem não cumprir as regras.

“Se isto não funcionar não deixaremos de aplicar penalizações fiscais e coimas porque pensamos que o que estamos a perder economicamente e para as gerações futuras é demasiado importante para não actuar em ambos os campos”, acrescentou.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

QUALIFICAR UM MILHÃO DE TRABALHADORES ATÉ 2010

Os sectores da educação e da formação profissional vão receber a maior fatia do investimento público e o grosso das verbas do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QRNE). O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 14, durante a apresentação pública do programa "Novas Oportunidades", uma iniciativa que visa qualificar um milhão de trabalhadores até 2010, ajudar a superar o atraso de Portugal em matéria de qualificação de recursos humanos e favorecer a competitividade nacional no contexto económico internacional.

Integrado no Plano Nacional de Emprego e no Plano Tecnológico, o programa "Novas Oportunidades" pretende dar aos adultos inseridos no mercado de trabalho e que não tenham concluído o ensino básico ou secundário a possibilidade de aumentar as suas qualificações através de cursos de formação ao nível do 9º e 12º anos.

O alargamento da oferta destes cursos nas escolas secundárias permitirá abranger cerca de 350 mil activos até ao final da década, um passo importantíssimo para a superação da crise que atravessa o nosso país, onde, actualmente, mais de dois terços dos cinco milhões de trabalhadores têm um nível de escolaridade manifestamente insuficiente.

Também com vista a permitir o aumento das habilitações literárias dos portugueses, o Executivo liderado por José Sócrates quer reforçar o mecanismo de reconhecimento das competências adquiridas por parte dos trabalhadores ao longo da vida e nomeadamente através da sua experiência laboral.

O programa, desenvolvido conjuntamente pelos ministérios do Trabalho e da Educação, prevê de igual modo que mais de 650 mil pessoas obtenham uma certificação de competências nos próximos cinco anos, altura em que deverão passar a ser emitidos por ano 75 mil diplomas de equivalência ao ensino básico e 125 mil ao secundário. Para isso, serão criados 400 Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências em diversas instituições, nomeadamente em estabelecimentos de ensino secundário, centros do Instituto de Emprego e Formação Profissional e grandes empresas como a Portugal Telecom, com quem já foi estabelecido um protocolo. Ao nível do secundário, o Governo prevê ainda aumentar a formação profissionalizante, fazendo com que metade dos alunos optem por uma formação não orientada necessariamente para o

prosseguimento de estudos, privilegiando enquanto alternativas os cursos tecnológicos, profissionais ou artísticos. Assim, nos próximos cinco anos serão abertos mais 145 mil cursos técnico-profissionais, abrangendo todos os estabelecimentos de ensino públicos a nível nacional.

Sob o lema "aprender compensa", os responsáveis pelas políticas nacionais de educação e formação presentes na sessão sublinharam em uníssono as vantagens da qualificação, não só para a empregabilidade, mas também para a valorização salarial e para o crescimento da economia.

Destaque-se, a este propósito, que segundo diversos estudos da OCDE, cada ano a mais na escolaridade média induz um aumento de 1,1 a 1,7 pontos percentuais nas taxas de actividade e emprego. Mas esta mesma evolução contribui para aumentar a taxa de



Do total de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), 78 por cento têm apenas o ensino básico ou nem isso. Este dado, limitador da empregabilidade, ajuda a explicar a persistência do desemprego de longa duração.

crescimento anual do PIB entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais.

Acresce que, na perspectiva salarial, Portugal é um dos países em que ter educação é mais compensador, pois um trabalhador sem o ensino secundário ganha, em média, 40 por cento menos do que outro que tenha completado o referido grau de escolaridade.

Por outro lado, o Executivo decidiu também retirar incentivos às empresas que contratem pessoas com menos de 23 anos e que não possuam um diploma do ensino secundário. Esta medida tem por objectivo estratégico evitar que os jovens com baixa escolarização ingressem no mercado de trabalho, uma vez que a qualificação dos activos é vital para a compe-

titividade da economia portuguesa.

"Está no conhecimento o essencial para o desenvolvimento e sucesso do país", vincou José Sócrates, explicando as razões imperiosas de tomar esta medida.

Lembrou que, de acordo com estimativas da OCDE, a riqueza produzida em Portugal poderia ter crescido mais 1,2 pontos percentuais por ano entre 1970 e 1990 se os níveis de escolaridade nacionais fossem equivalentes à média dos restantes países da organização.

A concluir, o primeiro-ministro deixou a garantia de que "ao nível da utilização de recursos e afectação de verbas, o programa "Novas Oportunidades" estará no topo das prioridades".

MARY RODRIGUES

FORMAÇÃO CONTÍNUA É ESSENCIAL PARA AUMENTO DA COMPETITIVIDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social considera ser "chegada a altura dos portugueses valorizarem a formação ao longo da vida", pois ela é "essencial" num contexto global marcado pela mutação tecnológica e por exigências cada vez maiores no âmbito da competitividade.

Reconhecendo que o nosso país evidencia um nível "francamente baixo" de formação contínua, Vieira da Silva apelou à mobilização dos trabalhadores, das empresas e dos cidadãos em torno do objectivo de superar o défice nacional de qualificação.

Para o governante, que falava na Culturgest durante a sessão de abertura da conferência "A Formação ao Longo da Vida — Um Direito dos Trabalhadores" organizada pela UGT, é urgente dar respostas pró-activas e rápidas, saudando, nesse sentido, a iniciativa governamental "Novas Oportunidades" e lembrando que cerca de 20 por cento dos trabalhadores activos têm apenas 12 anos de escolaridade, valores bem inferiores à média da OCDE, que se situa na casa do 70 por cento.

Já o secretário-geral da UGT, João Proença, classificou o programa "Novas Oportunidades" como uma iniciativa "positiva", frisando de seguida que "é preciso levá-la à prática".

Proença reafirmou a necessidade das empresas começarem a encarar a formação contínua como um investimento e não como um encargo, defendendo que "é fundamental apostar na qualificação dos recursos humanos" porque "não se pode competir na base de um trabalho pouco qualificado".

M.R.

MEDIDAS PARA "NOVAS OPORTUNIDADES"

- Alterar o sistema de financiamentos das bolsas de estudo de forma a estimular a procura de cursos profissionais, dando mais apoios nas regiões onde existe mais abandono escolar
- Suspender o benefício da isenção de contribuições para a Segurança Social concedido durante os três primeiros anos às empresas que contratem jovens, sempre que estas optem por recrutar activos desqualificados
- Canalizar as verbas que não forem aplicadas no apoio à integração de jovens no mercado de trabalho nos moldes acima referidos para o financiamento de cursos profissionalizantes que possibilitem a obtenção de habilitação escolar
- Encetar em 2006 um sistema de dupla certificação: escolar e profissional
- Quintuplicar o número de Centros de Reconhecimento e Revalidação de Competências
- Rever o modelo de financiamento da formação profissional em sede de Concertação Social no que diz respeito à partilha de custos entre Estado e empresas
- Lançar uma campanha de sensibilização da população para a necessidade da formação como passaporte para o emprego, progressão profissional e salarial e para o crescimento económico do país.

M.R.

DEFESA

GARANTIDA CONTINUIDADE DO REEQUIPAMENTO DA ARMADA

A continuidade do programa de reequipamento da Armada portuguesa com dez navios de patrulha oceânicos e cinco lanchas de fiscalização costeira está assegurada, apesar das “dificuldades financeiras que o país conhece”. Esta a garantia dada, no passado dia 19, pelo ministro da Defesa.

Luís Amado, que falava nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), no passado dia 19, durante a cerimónia de assinatura do contrato para a construção destas embarcações, sublinhou que o programa em causa tem carácter “estratégico”, uma vez que serve as exigências de modernização da frota da Armada e também constitui uma “importante carteira de encomendas” para os estaleiros de Viana, abrindo-lhes as portas de novos mercados, merecendo por isso “o apoio político do novo Governo”.

“A alteração das circunstâncias políticas não impede que haja uma linha de continuidade neste processo de

cooperação”, reafirmou o titular da pasta da Defesa, lembrando de seguida que o programa de reequipamento começou em 2001 e, como tal, “não é um exclusivo” do Executivo anterior.

O contrato assinado ascende a 115 milhões de euros, estando a entrega das lanchas prevista para o período compreendido entre finais de 2008 e início de 2011.

As lanchas, que vão substituir os barcos patrulhas da classe “Cacine”, datados de 1970, terão um comprimento total de 59,9 metros e poderão atingir a velocidade de 25 nós, destinando-se à execução de operações de assistência a pessoas e embarcações em perigo, no âmbito da Busca e Salvamento Marítimo, e à patrulha, vigilância e fiscalização no exercício da autoridade do Estado das águas costeiras de jurisdição nacional. Apoio, protecção e controlo das actividades económicas, científicas e culturais ligadas ao mar, ao leito do mar e ao subsolo marinho, e colaboração da



defesa do ambiente, nomeadamente na prevenção e combate à poluição marítima, serão outras das suas missões. Além destas embarcações, o programa

de reequipamento da Armada inclui igualmente a construção, nos mesmos estaleiros, de dez navios de patrulha oceânicos (NPO's), dois dos quais

especificamente preparados para o combate à poluição, com um custo global de 100 milhões de euros, entre projecto, construção, equipamento, aprestamento e criação de um sistema integrado de apoio logístico.

Os NPO's foram concebidos de forma a garantir que, durante a sua utilização, “apresentem características que lhes permitam uma permanência prolongada no mar, boas qualidades náuticas, boa habitabilidade e uma operação continuamente eficaz com um mínimo de guarnição e um máximo de automação”. Entre as tarefas que lhes estão destinadas incluem-se o apoio, protecção e controlo das actividades económicas, científicas e culturais ligadas ao mar, ao fundo e subsolo marinhos.

Os navios, que vão substituir as corvetas da classe João Coutinho – já com 40 anos de vida –, colaborarão ainda quer na defesa do ambiente, quer com o Serviço Nacional de Protecção Civil em situações de catástrofe.

SOLIDARIEDADE

IDOSOS DE BRAGANÇA COM MAIS APOIOS

O ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, prometeu apoio a um projecto de solidariedade pioneiro no Nordeste Transmontano para minimizar a lista de espera de idosos à procura de vaga em instituições.



Trata-se de um complexo orçado em quatro milhões de euros que a Obra Social Padre Miguel, uma instituição de solidariedade de Bragança que apoia carenciados, pretende construir e que contempla uma valência social e outra comercial.

O ministro elogiou a iniciativa e prometeu apoio para a vertente social do projecto, no dia 17, durante o almoço de Natal que a Obra Social Padre Miguel oferece há 12 anos a dezenas de carenciados de Bragança.

O ministro considerou estes projectos “de enorme importância para o reforço da coesão social e do bem-estar das populações” e assegurou que “não deixarão de ser apoiados na medida das nossas necessidades”.

Vieira da Silva concluiu uma visita de três dias aos dois distritos transmontanos de Bragança e Vila Real, no âmbito da iniciativa “Ministério do Trabalho e da Segurança Social mais perto”.

No balanço da visita, o governante afirmou ser intenção lançar no primeiro trimestre de 2006 um plano específico de emprego para o Nordeste Transmontano, sublinhando que a região tem problemas, mas que “existem também potencialidades significativas e recursos técnicos, físicos e humanos para ultrapassar esses problemas”.

Ao longo destes três dias, o ministro e os seus secretários de Estado inauguraram dois centros de reconhecimento de competências que visam contribuir para a meta definida pelo Governo de dentro de quatro anos passar, a nível nacional, de 50 mil para 650 mil o número de cidadãos com equivalência ao 9º ano de escolaridade.

Vieira da Silva assinou também um protocolo para a abertura do primeiro gabinete de apoio à vítima em Bragança, com a particularidade de ser o único do país da iniciativa do Governo Civil em parceria com entidades ligadas ao sector.

INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

NOVO FUNDO PARA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As verbas que a indústria farmacéutica devolve ao Estado, ao abrigo de um protocolo em negociação, vão reverter para os laboratórios se forem aplicadas em Investigação e Desenvolvimento (I&D), garantiu o ministro da Saúde, Correia de Campos, na Conferência da Indústria Farmacéutica.

Segundo o ministro, “este fundo público estará isento das limitações ainda existentes para fundos comunitários dedicados à investigação e desenvolvimento em Lisboa e Vale do Tejo”, sublinhando que “a existência deste fundo incentivará as empresas farmacéuticas a investirem em I&D se quiserem recuperar a contribuição”.

Assim, explicou, as empresas que “não investirem serão apenas contribuintes líquidos do fundo, e a percentagem das suas vendas beneficiará só os outros concorrentes”.

Correia de Campos apresentou ainda quatro objectivos estratégicos para tornar a indústria que opera e vende em Portugal internacionalmente competitiva, o que passa por aumentar a participação das empresas nacionais ou estrangeiras através de novos produtos, processos e serviços; que esses produtos sejam inovadores; que as empresas aproveitem o Plano Tecnológico e ainda que o Ministério da Saúde possa utilizar o seu importante poder negocial de 2,8 mil milhões de euros para ajudar a alavancar um processo de dinamização do sector produtivo de medicamentos em qualquer das suas fases, da concepção ao consumo.

Entretanto, o Conselho de Ministros de 7 de Dezembro decidiu prorrogar, até 30



de Junho de 2006, a majoração de 25 por cento de comparticipação sobre o preço de referência dos medicamentos prescritos e dispensados aos utentes do Serviço Nacional de Saúde com necessidades especiais, como é o caso dos idosos.

Portal da saúde

O Ministério da Saúde lançou recentemente o “site” www.portaldasauade.pt, que pretende ser “um ponto de acesso ao universo da saúde em Portugal”.

O portal da saúde enquadra-se nas opções estratégicas do actual Governo. Informar é prevenir. E prevenir é obter ganhos em saúde. O “site” traduz assim o imperativo de posicionar o utente no centro do sistema, promovendo a interactividade e a permanente participação do cidadão.

Com o portal da saúde “pretendemos aumentar a qualidade, a transparência e a eficiência dos serviços para melhor respondermos às necessidades e expectativas dos cidadãos”, refere o ministro Correia de Campos.

TGV CRIA 100 MIL NOVOS EMPREGOS

O projecto de alta velocidade "é benéfico para a economia portuguesa", pelo seu impacto no crescimento e no emprego, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, salientando que desistir do TGV teria custos de exclusão face à Europa e à Península Ibérica e significaria um desperdício de fundos comunitários inaceitável para Portugal.

Falando no dia 13 no encerramento da apresentação pública desta mega-infra-estrutura para modernizar as vias de comunicações do país, Sócrates considerou que "desistir do TGV seria rendermo-nos ao atraso", sublinhando que os estudos económicos realizados mostram "sem sombra de dúvida" que este projecto é "benéfico e positivo para a nossa economia".

"Há momentos em que o país não pode hesitar entre uma opção de progresso e uma opção de retrocesso", disse, referindo que a questão é saber se Portugal aceitaria pagar os custos de decidir não construir a rede.

"Custos de exclusão, que acentuariam a periferia, de desperdício de fundos comunitários alocados ao projecto de alta velocidade ferroviária e custos de progresso tecnológico. Em suma custos de atraso", sublinhou.

O projecto será impulsionado pelo Estado, cabendo-lhe suportar 40 por cento do investimento, do qual 38 por cento será recuperado com a exploração, recordou o primeiro-ministro

Com um investimento global de 8,18 mil milhões de euros, incluindo a infra-estrutura, comboios e a nova ponte sobre o Tejo, o projecto do comboio de alta velocidade entre Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid, deverá ter um impacto de 1,6 por

cento no PIB em 2012, no pico da construção, prevendo-se a criação de cem mil novos postos de trabalho.

Convicto de que a decisão de avançar tinha de ser tomada, Sócrates salientou que no futuro "não se poderá dizer deste Governo que não decidiu quando tinha condições para decidir" e qualificou o projecto de "vital para o desenvolvimento de Portugal".

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino, defendeu que "o facto de, conjuntamente, Portugal viver um período de dificuldades económicas não justifica que se interrompa o desenvolvimento do projecto de alta velocidade".

Tal interrupção, adiantou Mário Lino, só agravaria o atraso de Portugal em matéria de modernidade e competitividade no espaço ibérico e comunitário, perdendo, simultaneamente, uma oportunidade única para desenvolver a inovação, a tecnologia, a coesão social e territorial do país e ainda a criação de um número muito significativo de postos de trabalho". O projecto foi apresentado publicamente a centenas de convidados reunidos no Centro de Congressos de Lisboa, que ouviram os especialistas e intervenientes apresentar a estrutura, estudos e análises de custo/benefício.

Entretanto, no dia 14 numa declaração



política na Assembleia da República, o deputado do PS José Junqueiro considerou que com a apresentação e

discussão do projecto de alta velocidade "o Governo deu um passo decisivo na consolidação da sua estratégia e

objectivos para os equipamentos fundamentais à modernização e desenvolvimento do país".

E disse ser necessário reconhecer que "para se chegar aqui, ainda sem ter concluído um ano de mandato, o Governo revelou iniciativa, determinação e capacidade de decisão, e, sobretudo, revelou que tinha uma política".

Ou seja, "exactamente o contrário dos governos PSD/CDS que em três anos fizeram passar pelas Obras Públicas três ministros, todos iguais e todos diferentes, que nunca conseguiram dizer a mesma coisa sobre o mesmo assunto e deixaram como imagem de marca o desalento, a hesitação, a incapacidade para decidir e obra feita", disse.

J.C.C.B.

LISBOA-PORTO CUSTARÁ 40 EUROS

O Governo apresentou os estudos realizados sobre o projecto de alta velocidade ferroviária, que vai ligar Lisboa ao Porto e a capital a Madrid. Entre outros aspectos, ficou a saber-se que não existe ainda um preço fixo para as viagens, mas a tarifa média para a ligação ao Porto deverá rondar os 40 euros e para Madrid 100 euros. Segundo os estudos patrocinados pelo Governo, estima-se que o projecto gere receitas operacionais que permitam cobrir cerca de 38 por cento do investimento total necessário. A União Europeia deverá contribuir com fundos que cobrem, pelo menos, cerca de 22 por cento do investimento, enquanto 40 por cento terá como origem os cofres do Estado.

De acordo com um estudo realizado pela Universidade Católica, o TGV terá um impacto global na riqueza do país na ordem dos sete mil milhões de euros, entre 2005 e 2023.

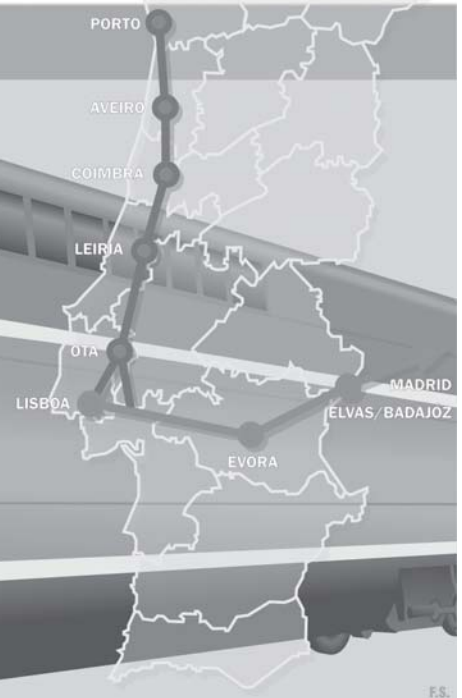
ALTA VELOCIDADE EM NÚMEROS

LISBOA - MADRID

Custo
2400 milhões de euros (até à fronteira espanhola)
Início da construção
2008
Inauguração
2013
Passageiros/ano
5 milhões
Tempo de percurso
2h45
Paragens previstas
Évora, Elvas/Badajoz, Mérida, Cáceres, Toledo, Madrid

LISBOA - PORTO

Custo
4700 milhões de euros
Início da construção
2008
Inauguração
2015
Passageiros/ano
5,9 milhões
Tempo de percurso
1h15 a 1h30
Paragens previstas
Lisboa, Ota (se sair de Lisboa por Norte), Leiria, Coimbra, Aveiro, Porto



ENTREVISTA COM CARLOS ZORRINHO

A AGENDA DE LISBOA É UMA M... INDELEVELMENTE LIGADA A P...

Portugal precisa avançar, económica, social e tecnologicamente e colocar-se a par dos restantes parceiros comunitários, num prazo que o Governo socialista deseja possa ser cumprido até ao final da presente legislatura. Instrumentos como o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) e o Plano Tecnológico vão ajudar o país a cumprir a Agenda de Lisboa, aprovada em 2000 durante a presidência portuguesa da União Europeia. Para conhecermos melhor o que representam os diversos programas e objectivos enquadrados na Agenda de Lisboa, adaptados à especificidade nacional, no contexto do nosso futuro colectivo, entrevistámos Carlos Zorrinho, o “senhor Lisboa”, como é conhecido, por ser o responsável pela implementação da chamada Agenda de Lisboa, tendo também, sob a sua responsabilidade a condução do Plano Tecnológico, cargo para o qual foi recentemente nomeado.



Numa altura em que tanto se fala em plano tecnológico, plano de crescimento e emprego, políticas de coesão social, competitividade económica, entre outras iniciativas, talvez fosse interessante explicar em que consiste a Estratégia de Lisboa, documento-base de todas estas acções.

A Estratégia de Lisboa é a resposta política e económica da União Europeia (UE) aos desafios colocados pela globalização. Trata-se, no meu ponto de vista, aliás corroborado pela esmagadora opinião dos responsáveis políticos nacionais e da UE, de uma resposta que se baseia na consideração de que o projecto europeu é um empreendimento com uma dimensão

ética e humanista, e para que estes valores possam ser salvaguardados a Europa tem que competir essencialmente no âmbito da economia do conhecimento, desenvolvendo os pilares da competitividade, da coesão social e da sustentabilidade ambiental.

Por outro lado, a Estratégia de Lisboa é também uma resposta levada a cabo com uma forte participação do nosso país, onde a marca Portugal e a marca Lisboa surgem com especial destaque. Trata-se, pois, de uma iniciativa que nos associa, de forma positiva, a um novo impulso de desenvolvimento do projecto de construção europeia.

A Estratégia de Lisboa foi aprovada

em 2000 por unanimidade. Porquê só agora se começou a falar em Portugal desta iniciativa, quando já passaram cinco anos desde que foi aprovada?

É verdade. Perdemos algum tempo. A Estratégia de Lisboa foi aprovada no ano de 2000, numa altura em que coube a Portugal a responsabilidade da presidência da União Europeia. Foi, sem dúvida, uma situação feliz, nomeadamente pelo facto de tão importante decisão comunitária ter sido discutida e aprovada no nosso país. Daí eu ter sublinhado que esta deliberação comunitária está hoje indubitavelmente ligada à marca Lisboa e ao nosso país no seu conjunto.

A Estratégia de Lisboa, recorde-se, previa

que num período de uma década a Europa se transformasse no espaço de maior competitividade e coesão social do mundo. Igualmente ficou estabelecido que a meio de todo este processo se deveria proceder a uma avaliação e a uma eventual revisão e actualização de políticas e de métodos.

Quando nos referimos a este programa, estamos a falar de uma ideia e de uma Estratégia de Lisboa relançada, ou seja, trata-se neste momento de sublinhar uma nova abordagem metodológica, com o mesmo tipo de princípios e de linhas orientadoras, é certo, mas muito mais focalizada, na preocupação e na tónica do crescimento e do emprego e com outra dimensão ao nível da coordenação.

De facto, e se quisermos, a nova Estratégia

de Lisboa implica também uma nova responsabilização individual de cada país pelas políticas específicas, um novo compromisso nacional para com esta “magna carta” europeia, razão pela qual Portugal dispõe de um coordenador nacional responsável pela aplicação das linhas estratégicas aprovadas, empreendendo em simultâneo a elaboração de um programa particular que mais não é, com as especificidades inerentes ao país, do que a consubstanciação do que ficou determinado e estabelecido na Agenda de Lisboa. Trata-se, com a designação que lhe quisermos dar, do programa “Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2208”.

ESTRATÉGIA DE LISBOA

A Estratégia de Lisboa, aprovada por unanimidade em 2000, aquando da presidência portuguesa da União Europeia (UE), compreende um conjunto de políticas e de objectivos que visam melhorar a competitividade económica, a coesão social e a sustentabilidade ambiental dos países da Comunidade Europeia, no contexto da sociedade do conhecimento. Objectivos como aumentar o crescimento potencial da economia europeia dos 2 até aos 3 por cento, cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento, com um défice público inferior a 3 por cento do PIB, aumentar os índices de Investigação e Desenvolvimento (I&D) até 3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto e apostar numa taxa de emprego que possa alcançar os 70 por cento da população activa, são premissas que fazem parte integrante de um programa ambicioso a que Portugal aderiu e que pretende dotar o espaço europeu, em dez anos, com os mais altos índices de competitividade económica, sustentados em elevados padrões de justiça social.

O HOMEM CERTO NO LUGAR CERTO

Nomeado pelo primeiro-ministro como coordenador do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) – a versão nacional da Agenda de Lisboa – Zorrinho, é doutorado em Gestão de Informação, professor catedrático do Departamento de Gestão de Empresas da Universidade de Évora, de onde é natural, presidente do Conselho Directivo da Área Departamental de Economia e Gestão da Universidade de Évora.

Com 46 anos, o “Senhor Lisboa” é um dos quadros com maior peso dentro do Partido Socialista. No seu vasto currículo político e técnico este dirigente nacional do

PS conta no seu activo, para além de um conjunto largo de obras publicadas, o de ter exercido, a nível político, o lugar de dirigente nacional do PS, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna do XIV Governo Constitucional, membro da Assembleia Municipal de Évora, membro do Comité das regiões, membro do Conselho Nacional de Educação e o de coordenador do Programa Pró-Alentejo, Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo, cargo que ocupou entre 1997 a 1999.

MARCA PORTUGAL



“A Estratégia de Lisboa é a resposta política e económica da União Europeia aos desafios colocados pela globalização”

“A Europa tem de competir essencialmente no âmbito da economia e do conhecimento”

“A Estratégia de Lisboa tem uma forte participação do nosso país onde a marca Portugal e a marca Lisboa surgem com especial destaque”

“Queremos numa década colocar a União Europeia como o território do mundo com maior competitividade económica e com os maiores índices de justiça social”

Quanto ao facto de só agora, volvidos que estão perto de cinco anos sobre a aprovação deste programa, se começar a trabalhar na sua efectiva aplicação, é uma questão que teremos que remeter para os anteriores governos, sendo que o actual Executivo, dirigido pelo primeiro-ministro José Sócrates, está não só a assumir na totalidade as suas responsabilidades em relação à Estratégia de Lisboa, como a cumprir a promessa de colocar o país, num espaço de três anos, com níveis de crescimento e de emprego semelhantes aos registados nos restantes países comunitários. Se a Agenda de Lisboa foi um projecto que esteve cinco anos esquecido na gaveta a responsabilidade não é certamente deste Governo.

A Estratégia de Lisboa assimila um conjunto de princípios que são comuns a todos os países da União Europeia. É um programa que aponta, de facto, para a coesão e para o desenvolvimento harmonioso do espaço europeu no seu conjunto. Compreende contudo algumas especificidades de país para país?

É verdade. De facto, é exactamente destas especificidades que estamos a tratar, quando refiro o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego. Este é o nosso manifesto nacional, a nossa perspectiva específica para atingirmos os padrões de progresso delineados e aprovados em 2000. Mas será útil recordar que na primeira versão deste programa,

aprovado na capital portuguesa, havia linhas comuns e metas igualmente comuns. Ou seja, a ideia era colocar no terreno um conjunto de princípios e métodos que envolvessem todos os países de modo a que os objectivos a atingir fossem alcançados de forma harmoniosa e quiçá simultaneamente.

Se é certo que as premissas aí estabelecidas continuam a ser as mesmas, o que a Europa entretanto constatou é que o grau diferente de desenvolvimento de cada país aconselhava a que se olhasse de forma

nos apercebemos de que o grau de desenvolvimento era bastante diferenciado de país para país. Não era possível pretender-se que todos chegassem ao mesmo tempo quando uns estavam já bastante mais avançados do que outros, quer ao nível da investigação e das tecnologias, quer em políticas ligadas à problemática do emprego ou de cariz social.

Foi portanto necessário rever o programa, sem o adulterar e sem fugir dos seus objectivos essenciais, de forma a permitir que cada nação fosse capaz de encontrar a



também diferente para a metodologia a seguir. Nesse sentido, cada nação optou pelo seu próprio modelo nacional, estabelecendo prioridades nos métodos e nas políticas, tendo em vista as especificidades com que cada país se debatia, sem nunca perder contudo de vista o objectivo comum que esteve na base da aprovação deste documento na capital portuguesa: tornar numa década, o espaço comunitário europeu no mais competitivo e socialmente justo do mundo.

A primeira versão da Estratégia de Lisboa colocava todos os países no mesmo pé de igualdade. O que é que entretanto mudou?

Essa foi a matriz inicial. Mas depressa todos

nível nacional os seus próprios caminhos e métodos.

Ou seja: na primeira versão da Estratégia de Lisboa havia linhas e metas comuns. O programa apontava para que começássemos todos ao mesmo tempo para que também em simultâneo o pudéssemos dar por concluído. A prática veio-nos mostrar posteriormente duas coisas simples e que tudo aconselhava que não fossem menosprezadas. A primeira constatação é que havia países que já tinham arrancado na execução de algumas das políticas ali preconizadas, nomeadamente ao nível da economia do conhecimento, e que se apresentavam por isso uns passos mais à frente, e uma segunda razão, igualmente incontornável, que nos mostrou que havia países que não conseguiam aproximar-se das metas preconizadas, pelo menos tão depressa quanto outros, tendo-se, nestes casos, optado, de mote próprio, por uma abordagem de cariz mais conjuntural, mais virada para o plano interno, abandonando-se assim, numa primeira fase, as prioridades estabelecidas na Agenda de Lisboa, e apostando-se mais em premissas de carácter mais nacional. Por estas razões, a segunda fase de aplicação do plano surgiu como um elemento fundamental, ou seja, foi possível de introduzir a especificidades internas de cada país na reorganização da Estratégia

de Lisboa. Mantém-se o conjunto de directrizes comuns que foram estabelecidas pela União Europeia, mas agora cada país sabe das suas particularidades e a forma de encaminhar as suas próprias políticas para alcançar no fim, o objectivo final inscrito na Agenda de Lisboa.

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) é, em relação a Portugal, a aplicação da Agenda de Lisboa, com as especificidades que nos são próprias?

Exacto. O PNACE é um programa integrado, e que eu reforçaria afirmando que é igualmente pragmático, programa esse que Portugal vai desenvolver no contexto da UE, e que visa preparar o nosso país face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que queremos e teremos que competir.

Como afirmamos expressamente nos textos de apresentação, o programa é por assim dizer um guia que aponta para os termos em que nosso país pode e deve concretizar uma estratégia nacional de reformas tendo em vista a necessária modernização, quer do tecido económico português, quer de áreas tão significativas, como a sustentabilidade das contas públicas ou do défice externo, a investigação e desenvolvimento ou ainda a inovação, a concorrência nos serviços, o emprego, a organização do mercado de trabalho, a educação e a formação ao longo da vida.

Pretende-se, com a aprovação deste programa, mobilizar o sector público e os agentes privados com o objectivo de se concretizar um conjunto de políticas e de medidas concretas capazes de promoverem a credibilidade, a confiança, a modernização e a coesão consolidando desta forma a nossa economia e tomando-a cada vez mais competitiva, num quadro social mais justo.

Com a aprovação do PNACE, estou certo, Portugal poderá trabalhar em 2008 com um défice público na ordem dos 2,8 por cento do PIB, com níveis de investimento público que se prevêem possam duplicar até ao final da legislatura, ou seja em 2009, criando condições em simultâneo para que o investimento privado possa igualmente triplicar, nomeadamente em investigação e desenvolvimento (I&D).

Portugal é uma nação com uma fortíssima identidade consubstanciada em valores que fazem de nós um povo tolerante, aberto ao exterior e à descoberta. Existem na nossa História colectiva muitos e variados exemplos que atestam estas características que importa valorizar confirmando uma afirmação de mudança e de inovação que convém que assumamos tendo em vista a nossa activa parceria nos novos paradigmas económicos emergentes.

Pretendemos pois, com a aprovação deste programa, voltar a colocar Portugal no centro do progresso e do desenvolvimento à escala da União Europeia e global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, onde há um trabalho bastante profundo a desenvolver, no campo científico e no reforço da atractividade e do reforço da coesão social e ainda da qualidade ambiental. Se o conseguirmos, e eu estou certo de que o vamos conseguir, Portugal será um país mais moderno, progressivo e mais justo no final desta legislatura.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

ZORRINHO COORDENADOR DO PLANO TECNOLÓGICO

O Conselho de Ministros nomeou Carlos Zorrinho coordenador do Plano Tecnológico, documento que integra a estratégia nacional para o crescimento e o emprego para o período de 2005 a 2008. O Plano Tecnológico fica a partir de agora na dependência directa do primeiro-ministro.

Ao novo responsável são-lhe atribuídas as funções de coordenar e monitorizar a implantação do Programa Nacional de Reformas, elaborado nos termos previstos nas conclusões do Conselho Europeu realizado em Bruxelas em Março de 2005, intitulado “Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo, Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego”.

Carlos Zorrinho terá ainda a responsabilidade de articular a coordenação e monitorização do Programa Nacional com o

desenvolvimento do Programa Comunitário de Lisboa, articular e monitorização o Programa Nacional com outros planos e programas nacionais relevantes para a concretização da Agenda de Lisboa e, em particular, com os programas de estabilidade e crescimento, tecnológico e nacional de emprego.

A partir de agora Carlos Zorrinho terá a ser cargo a coordenação e monitorização da implementação do conjunto articulado de medidas e de políticas transversais que integram o Plano Tecnológico, para além de ficar sob a sua alçada a promoção da participação dos agentes económicos e sociais e da sociedade civil nos processos de concretização e de avaliação quer do Programa Nacional de Reformas, quer do Plano Tecnológico.

JANTAR-COMÍCIO

A CERTEZA DA NOSSA FORÇA

A onda soarista está num crescendo imparável. O primeiro jantar-comício da candidatura de Mário Soares à presidência da República, realizado no pavilhão da antiga FIL foi disso prova ao reunir cerca de três mil apoiantes só do distrito de Lisboa. "Temos já a certeza da nossa força", afirmou Soares, assumindo a sua candidatura como a única alternativa face a uma direita disposta a tudo para "transformar a eleição presidencial na desforra da derrota que sofreu nas últimas legislativas".

Depois de confirmar a "entrada num novo ciclo" desta batalha eleitoral, o candidato à presidência da República apoiado pelo PS advertiu que "falta ainda muito caminho por percorrer", lembrando de seguida que conta com a mobilização de todos os que, de Norte a Sul do país e oriundos de diversos quadrantes políticos, o exortaram a candidatar-se. "Levar Cavaco Silva à segunda volta e derrotá-lo" é agora o combate de todos nós.

Embora não duvide da sua vitória, Mário Soares alertou os eleitores para o facto de Cavaco ser um "candidato bloqueado" que pede um "cheque em branco" portugueses, já que nas suas intervenções públicas "não tem falado de nada e com nada de fundamental se tem comprometido".

Segundo Mário Soares, as forças que apoiam o seu principal adversário e que procuram a desforra nas próximas eleições presidenciais têm camuflado, até agora, a sua real estratégia.

"Para tentar ganhar, Cavaco Silva quer entrar num eleitorado que não é o seu. Apresenta-se como um homem de esquerda e fala do desemprego, problema com o qual nunca se preocupou enquanto foi primeiro-ministro", denunciou o candidato apoiado pelo PS.

No pavilhão do Centro de Congressos de Lisboa completamente lotado, onde foi apresentada formalmente a Comissão de Honra Distrital da candidatura

presidencial de Mário Soares estiveram e presentes entre outros os dirigentes do PS António Vitorino, Jorge Coelho e António Costa.

O líder socialista José Sócrates, que se encontra em Bruxelas a participar no Conselho da Europa na qualidade de chefe do Governo português, não pôde estar presente no megajantar da Junqueira, onde Soares assegurou, distinguindo-se mais uma vez do professor Cavaco, não estar a vender gato por lebre.

"Sou um homem de esquerda, todos o sabem. Não passo por aquilo que não sou. Sou espontâneo e verdadeiro", afirmou, motivando prolongados aplausos e gritos entusiastas de "Soares é fixe!".

Ainda durante a sua intervenção, o candidato presidencial deixou a garantia de que não se irá imiscuir na condução das políticas, uma vez que estas são da competência do Governo, defendendo que para o Presidente da República o objectivo essencial tem de ser "assegurar a estabilidade" e evitar que "uma crise de crispação política e social afecte tudo, desde as empresas às instituições políticas".

Sem minimizar a crucialidade dos problemas económicos e financeiros que o país atravessa, Soares distanciou-se de Cavaco ao centrar as suas preocupações mais profundas nas pessoas em vez dos números.



Nesse sentido, defendeu que "o Presidente da República deve ter visão de futuro e capacidade de antecipação", comprometendo-se de seguida a "trabalhar empenhadamente pela igualdade efectiva entre homens e mulheres", caso seja o candidato eleito para a chefia do Estado.

A finalizar o seu discurso, depois de criticar o formato escolhido para os debates televisivos entre os candidatos presidenciais, por considerá-lo mais apropriado para "conversas paralelas", e sublinhar mais uma vez o carácter eminentemente nacional da sua candidatura à chefia do Estado, Mário Soares voltou a defender um exercício dos poderes presidenciais com moderação, sentido estratégico e isenção que garanta uma necessária salvaguarda da "solidariedade institucional" em prol do futuro desenvolvimento do país.

Candidato do tabu faz hibernar líderes da direita

Numa das intervenções mais aplaudidas da noite, o camarada António Vitorino afirmou que Cavaco vai ficar nos

manuais de ciências naturais por ter conseguido a proeza de ter feito hibernar os líderes do PSD e do CDS-PP durante a sua campanha presidencial.

"Cavaco Silva não quer ser visto com Marques Mendes nem com Ribeiro e Castro. Mas o mais espantoso é que os próprios não se importam com isso", declarou Vitorino, para quem "Portugal não precisa de dom Sebastião ou de homens providenciais, mas de um Presidente da República que saiba unir os portugueses".

Para o ex-comissário europeu, o candidato apoiado pelo PS "não é uma aposta no escuro ou um cheque em branco, porque personifica os valores fundamentais de saber ouvir e de saber dar voz aos portugueses".

"Mário Soares não constrói o futuro na base da crispação ou do ódio, mas na base do diálogo e da tolerância. Mário Soares diz o que pensa. Será que outros candidatos estão a dizer o que pensam", questionou a modo de reflexão.

Antes de António Vitorino, a mandatária da candidatura de Soares para o distrito de Lisboa, Maria João Seixas, afirmou que apoia o ex-Presidente da República por este "não ter um pingão de hipocrisia", ser

"um exemplo de coragem física, moral, psicológica e política", tendo ainda demonstrado "uma confiança nos portugueses e um optimismo histórico não delirante".

A fundadora do PSD Maria João Sande Lemos disse ter pedido a demissão deste partido para apoiar Mário Soares e, a abrir a sessão de intervenções, o presidente da Assistência Médica Internacional, Fernando Nobre, afirmou estar pronto e disposto a dar a cara por um homem que admira.

"Devo a homens como Mário Soares a democracia do meu país, a honra e a salvaguarda da nossa memória", destacou.

No final do jantar-comício de Mário Soares, o dirigente socialista António Costa evidenciou em declarações à Comunicação Social a necessidade de se perceber que "só há dois candidatos com hipóteses de vitória".

Por essa razão, acrescentou Costa, "é urgente que todo o eleitorado de esquerda se una em torno de Mário Soares".

"Quem quer assegurar a derrota de Cavaco Silva, deve concentrar os seus votos em Mário Soares", concluiu.

MARY RODRIGUES



PASSO FIRME RUMO A BELÉM

Cerca de três mil apoiantes reunidos no pavilhão da antiga FIL – naquele que foi o primeiro jantar-comício da sua candidatura à chefia do Estado realizado no distrito de Lisboa – manifestações de incentivo e grande simpatia das populações de Norte a Sul do país e ainda críticas certeiras à postura de Cavaco Silva marcaram as últimas duas semanas de pré-campanha eleitoral. Mário Soares avança, a passo firme, na sua caminhada rumo à segunda volta das presidenciais e para depois ocupar de novo o Palácio de Belém.

Nos Açores, o candidato apoiado pelo PS criticou o ex-líder do PSD por este julgar que “Portugal nasceu quando ele foi primeiro-ministro e que acabou quando ele abandonou” estas funções. Cavaco Silva “devia saber que o nosso país tem uma história extraordinária, uma situação estratégica especial, uma língua falada por mais de 200 milhões de pessoas e possui um futuro promissor, porque crises como a actual, ou piores, já foram ultrapassadas no passado”, referiu num almoço com centenas de apoiantes da Ilha Terceira.

Acompanhado pelo líder dos socialistas açorianos, Carlos César, Soares passeou também pelo centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo, tendo recebido sempre palavras amáveis e de alento por parte da população.

O fundador do PS visitou ainda a Santa Casa da Misericórdia na Praia da Vitória, e manteve encontros com o bispo de Angra, D. António de Sousa Braga, e o ministro da República para os Açores, Laborinho Lúcio.

Direita quer “desforra” das legislativas

Durante um almoço que reuniu mais de mil pessoas em Vila do Conde, altura em que descreveu o seu principal adversário como “o candidato do silêncio e do tabu”, Mário Soares acusou o PSD e o CDS-PP de pretenderem “ilegitimamente” uma “desforra” da maioria absoluta conquistada pelo PS agora nas eleições presidenciais de Janeiro. Lembrando que Cavaco Silva já afirmou pretender combater o desemprego, questionou como é que o professor pode aspirar a cumprir essa promessa, uma vez que na presidência “não terá competências para isso”.

Só se “entrar em conflito com o Governo”, concluiu.

Caso passe à segunda volta e vença as eleições, Soares garantiu que não juntará um clima de “crispação” à crise financeira, económica e social que Portugal atravessa e reafirmou que o Chefe de Estado deve exercer “um poder moderador”, competindo-lhe “assegurar a estabilidade política e institucional”. Ainda na sua jornada no Porto, o antigo primeiro magistrado da nação esteve também na inauguração da sede local da sua candidatura em Matosinhos,

tecendo novamente nessa altura duras críticas ao candidato da direita.

“Se os portugueses elegeassem Cavaco Silva estariam a passar-lhe um cheque em branco e os portugueses não podem correr esse risco”, porque “ninguém sabe o que pensa e do que é capaz de fazer”, alertou.

A economia não é a função do Presidente da República

De regresso a Lisboa, no encontro com economistas e gestores que serviu a Soares para “pedir conselhos” sobre “quais os temas mais importantes nesta área”, na véspera de debates televisivos com “dois economistas” (Louçã e Cavaco), o candidato apoiado pelo PS afirmou: “Não me vou pôr a discutir economia com eles porque não é essa a função do Presidente da República”. Mário Soares acusou o seu opositor da direita de só fazer “discursos sobre economia” e “fugir como o diabo da cruz” de debater outros temas.

Ao chefe de Estado – explicou – cabe acima de tudo “velar pelo bom funcionamento dos órgãos de soberania” e “garantir a estabilidade política”.

Na abertura do encontro, Mário Soares definiu ainda o professor como “um economista mais ou menos tradicional” e “razoável”.

A par da obsessão pela economia, Soares criticou o facto dos debates da pré-campanha terem sido também dificultados porque “alguns candidatos querem centrar a discussão na contestação ao Governo”.

Perante “o melhor que há em matéria de economistas” – como Soares qualificou o painel de convidados –, o candidato presidencial lembrou ainda que, enquanto primeiro-ministro, fez face a duas “crises profundas” na economia nacional.

“O meu adversário é o candidato apoiado pela direita”

Dias antes, num evento promovido pelo American Club, Mário Soares deixou claro que os candidatos Manuel Alegre, Francisco Louçã e Jerónimo de Sousa não são seus adversários, reafirmando que apenas tem como adversário na corrida a Belém o candidato de toda a



direita.

“O meu adversário é Cavaco Silva, não por ele próprio, porque não tenho nada contra ele, temos relações cordiais, mas porque somos muito diferentes em tudo”, esclareceu o fundador do PS, para quem o professor “equivocou-se na eleição”, uma vez que “continua a falar na sua posição de antigo primeiro-ministro, nos problemas do país, como se viesse a ser primeiro-ministro”.

Todavia, vincou, “a Constituição não lhe dá os poderes para resolver os problemas do desemprego, da saúde, da justiça ou outro qualquer. Isso é o trabalho do chefe do Executivo”. Advertindo de seguida que se Cavaco “quer, ou vai modificar tudo isso, nós teremos um conflito institucional que pode ser sério”.

Antes, disse ter constatado nos debates televisivos que “muitos candidatos ainda não perceberam” que os poderes de que o Presidente da República dispõe “são limitados”.

No almoço do American Club, Soares afirmou-se “um amigo dos Estados Unidos” e recusou o rótulo de “anti-americanismo primário” que alguns procuraram colar-lhe pela sua contestação à intervenção militar norte-americana à margem das Nações Unidas no Iraque.

Ao descrever-se uma vez mais como “um ouvidor e um mobilizador de energias”, o candidato apoiado pelo PS defendeu ainda a necessidade de “prestígiar” as Forças Armadas e dar atenção à política externa numa “visão de futuro”, nomeadamente ao mundo lusófono.

Soares lamenta falta de renovação da classe política

Questionado sobre os temas da actualidade nacional, Soares manifestou-se contrário à privatização da Caixa Geral de Depósitos e de sectores como a saúde, energia, telecomunicações e transportes

públicos.

Num debate realizado na Universidade Nova de Lisboa, lamentou a falta de renovação da classe política portuguesa e acrescentou: “Eu gostaria muito que, em vez de haver três candidatas a Presidente com idade bastante avançada – eu com 81, Manuel Alegre com quase 70 e Cavaco Silva com 67 anos – houvesse renovação e que ela começasse por uma geração com 50 ou 40 anos”. Perante uma plateia de estudantes com a qual partilhou críticas à forma imprópria como os políticos estão a ser tratados na actualidade, Soares observou que depende da iniciativa dos protagonistas mais novos decidir se “aparecem ou não aparecem”, atribuindo a ausência da renovação na política, em parte, ao facto desta ser “uma coisa dura” que por vezes “implica ser insultado, maltratado e ver a vida exposta”.

A solução – acrescentou o candidato apoiado pelo PS – é “dignificar a política e perceber que o seu exercício é uma actividade mais importante do que ganhar dinheiro nas grandes companhias”.

Com o auditório da Reitoria da UNL mais calmo, Mário Soares voltou a explicar os motivos que o levaram a candidatar-se novamente à chefia do Estado, garantindo ter “um conhecimento perfeito dos direitos e dos deveres do Presidente da República”.

Segundo o candidato, se o chefe de Estado não conhecer os limites da sua acção “pode arrastar o país para o conflito político ou para conflitos sociais”, uma vez que “não se pode ser um moderador como Presidente sem se ser moderado”.

Europa não pode ser uma fortaleza

Mário Soares defendeu, na Amadora, a necessidade de quotas para a entrada de novos imigrantes em Portugal, mas

sublinhou que “a Europa não pode ser uma fortaleza fechada”.

“Por nossa vontade abríamos as portas a todos os que falam a nossa língua, mas, ao mesmo tempo, temos de compreender que estamos integrados na União Europeia”, afirmou o candidato a Belém, no final de uma visita à Associação Unidos de Cabo Verde, em Casal de São Brás, onde foi alvo de calorosas manifestações de simpatia.

“A lei da nacionalidade não pode ser vista só com o coração, tem de entrar também a razão”, alertou Soares, sustentando que “tem de haver quotas de vinda para Portugal”.

O candidato presidencial considerou ainda prioritário “travar a imigração clandestina, mas com humanidade”.

“Não é deixando-os morrer em barcos que vêm a atravessar o Mediterrâneo. Isso não é próprio dos europeus”, disse, acrescentando que os filhos dos imigrantes deveriam ter direito à nacionalidade portuguesa, desde que essa seja a sua vontade e em dependência do seu comportamento.

A tarde de campanha do ex-Presidente, que decorreu desta feita na companhia do presidente da autarquia local, Joaquim Raposo, começou com uma visita à Associação Nacional das Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, no bairro do Zambujal, uma instituição que apoia cerca de 300 deficientes, muitos deles profundos.

Durante esta visita, Soares conheceu um projecto inovador – o Magic Eye –, que permite a pessoas que não se podem mexer, utilizar um computador sem usar as mãos.

De seguida, o candidato andou pelo Casal de São Brás e estação de comboios da Amadora, onde foi, mais uma vez, muito bem acolhido pela população.

A concluir, vincou não ser a favor de um “Estado gordo”, mas de um “Estado eficiente e com pensamento estratégico para o futuro dos portugueses”.

SOARES VENCE DUELO TELEVISIVO HISTÓRICO

Foi um Mário Soares igual a si próprio – seguro, convicto, incisivo e dono de um capital de experiência inegável – que derrotou o candidato da direita num combate televisivo histórico e entusiasmante de seguir.

“Foi ele quem mais falou do passado, pois não tem ideias para o futuro”, afirmou o fundador do Partido Socialista, no passado dia 21, à saída dos estúdios da RTP, altura em que se manifestou também muito satisfeito pelo facto deste primeiro confronto de ideias com Cavaco Silva ter sido “sempre cortês e correcto”.

Ao longo de uma hora, Soares evidenciou a falta de formação política do seu adversário, o desconhecimento da História de Portugal, o carácter “distante e sem conversa para além da economia”, descrevendo algumas das posições do professor como “banalidades”.

No debate moderado pelos jornalistas Judite de Sousa e José Alberto Carvalho, o fundador do PS disse que a candidatura de Cavaco é de “direita” que tenta “vender gato por lebre”, sendo também “de risco” para a crispação social no país.

“Cavaco Silva fala de coisas que vai fazer como Presidente da República para as quais não tem competência. Está a enganar os portugueses. Se não se meter dentro das suas competências, vai criar graves problemas políticos e institucionais”, advertiu.

O ex-chefe de Estado lembrou ainda a falta de experiência como moderador do candidato da direita, frisando que esta é uma “qualidade essencial num Presidente”.

Soares definiu o seu adversário como um político que tem tendência para conceber as críticas a si como se fossem ataques pessoais, acusando-o sobretudo de não saber dialogar com pequenos empresários e sindicalistas “aos quais, durante o seu governo, chamou forças de bloqueio”, recordou, rematando: “Não quis ser deputado. Nunca quis dirigir um governo de coligação. É uma pessoa difícil”.

“O professor Cavaco julga que as críticas são ataques pessoais. Não gosta de críticas”, afirmou Soares, referindo igualmente que o seu adversário demonstra na pré-campanha que está a fazer – omissa e sem comprometer-se a nada – que está “blindado”.

Enquanto isso, o professor camuflava as fragilidades expostas no seu conhecido “cinzentismo”, tentando disfarçá-lo de atitude “elegante” e preferindo ignorar as críticas directas e certeiras do adversário.

Depois de traçar um retrato negativo de uma década de cavaquismo em Portugal,

Mário Soares insurgiu-se contra a imagem de “Messias” e de “salvador” que o professor ou os seus apoiantes procuram fazer passar perante os eleitores mais incautos.

“Isso é gravíssimo, porque são expectativas que não pode cumprir. Ao apresentar-se agora como salvador, será a primeira vítima do equívoco”, avisou. De seguida, frisou que Cavaco Silva nunca enfrentou tempos difíceis, lembrando que este entregara a liderança do PSD a Fernando Nogueira em 1995 por “saber que ia perder” as legislativas, mas acabara por candidatar-se às presidenciais em 1996, sufrágio em que foi vencido por Jorge Sampaio.

O ex-Presidente da República comparou-se a Cavaco Silva no desempenho das funções de primeiro-ministro, distinguindo-se claramente dele, uma vez que foi chefe do Governo “em tempo de vacas magras” enquanto o ex-líder do PSD “governou sempre em tempo de vacas gordas”.

No plano económico, onde a figura de Cavaco é sempre enaltecida pelos seus apoiantes, Soares venceu: “Sei o suficiente de economia para ter feito face a duas crises”, aludindo a um período em que foi primeiro-ministro quando Portugal estava “à beira da bancarrota”. Apesar de considerar o seu adversário um “economista razoável”, Soares não deixou de frisar que foi o professor o chamado “pai do monstro”, isto é, do défice orçamental, citando para esse efeito o último livro de Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças de Cavaco, onde o ex-primeiro-ministro é apontado como responsável directo pelas más escolhas políticas, económicas e financeiras que tiveram lugar na época. Já na abertura da segunda parte do debate, o candidato presidencial apoiado pelo PS lembrou que o seu adversário foi ministro das Finanças de Sá Carneiro, entre 1979 e 1980, demitindo-se do cargo.

“Nunca prestou justiça aos governos de Pinto Balsemão e de Mota Pinto e tem vergonha do seu partido”, declarou Mário Soares, que não admitiu conceder a Ca-



“Ele [Cavaco Silva] não sabe o que é ser Presidente da República. Esse é que é o problema”

“O senhor não tem uma formação democrática precisa e isso é mau porque o cargo de Presidente da República é eminentemente político”

“[Cavaco Silva] é um razoável economista, mas não é nenhum Prémio Nobel”

“Um discurso apenas economicista é um discurso muito curto”

“A candidatura de Cavaco Silva é de risco porque ele está a falar de coisas para as quais não tem competência”

“Apresentando-se como salvador da pátria, [Cavaco Silva] vai ser a primeira vítimas das suas promessas se for eleito”

“Nos dez anos em que [Cavaco Silva] governou, fui eu que assegurei a estabilidade política”

“Nunca lhe vimos um escrito sobre cultura ou sobre qualquer questão internacional”

vaco a definição de “social-democrata”. “Ninguém na Europa o reconhece como tal. É um homem de direita, que agora tenta vender gato por lebre”, explicou, acrescentando que a actual crise do país “foi provocada pelos governos de direita” e observando que Cavaco Silva “parece que teve vergonha de figurar numa fotografia ao lado de Pedro Santana Lopes e Durão Barroso”.

Em matéria de cooperação institucional, Soares reivindicou estar em melhor posição para ter uma relação sem crispções com o Executivo liderado por José Sócrates.

“Ele vai criar conflitos políticos”, referiu o fundador do PS, apontando para o perfil “distante” e para a “falta de formação política no diálogo” de Cavaco Silva. Antes de desejar as boas-festas aos

portugueses, Mário Soares centrou-se numa mensagem clara que o acompanhou ao longo dos debates.

“O Presidente da República não legisla, não governa, não administra justiça. Ele é eleito para exercer o poder moderador”, finalizou, convidando todos a fazer essa reflexão e votar em consciência, por Portugal, no dia 22 de Janeiro próximo.

MARY RODRIGUES

PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

RECONHECER OS PROBLEMAS É ENCONTRAR AS SOLUÇÕES

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) voltou a ser debatido no Parlamento num espaço de apenas cinco meses desde que em Junho deste ano foi alvo de uma primeira apreciação e discussão no plenário.

A importância de se ter voltado a discutir o PEC, como sublinha o Governo, prende-se com o facto de ter surgido a necessidade de pequenas actualizações em relação à proposta anterior.

De facto, será de realçar, como defendeu o deputado Vítor Baptista do PS, de em anos anteriores os sucessivos governos apresentarem o PEC à União Europeia e só muito depois informarem a Assembleia da República do seu conteúdo.

Esta situação, lembra o deputado socialista, colocava o Parlamento num lugar de subalternizar quer perante a própria lei, mas sobretudo, como defendeu, perante o respeito que a Câmara Legislativa deve merecer por parte do Executivo.

O Programa de Estabilidade e Crescimento, como reafirma o Governo, visa uma estratégia de consolidação orçamental, assente na consciência da necessidade de levar para a frente as reformas estruturais, que se apresentam agora mais necessárias do que nunca, para o indispensável desenvolvimento do país.

Na sua intervenção no Parlamento, o deputado Vítor Baptista lembrava que a sustentação do equilíbrio financeiro do Estado, com a apresentação para uma segunda discussão e actualização do PEC, continue, como não poderia deixar de ser, no centro das preocupações políticas do Executivo liderado por José Sócrates, e isto, como referiu, "qualquer que seja o cenário macroeconómico". Com esta actualização o Governo reafirma e assume a reestruturação da

Administração Pública como um facto central da sua política, facto que permitirá que os serviços ligados ao sector administrativos do Estado possam representar uma poupança para o erário público na ordem dos 2,2 milhões de euros até 2009, o que poderá significar mais 615 milhões de euros do que o inicialmente previsto.

A actualização do PEC, razão pela qual o Governo voltou a apresentar o documento no Parlamento, justifica-se, segundo o Executivo socialista, porque se verifica um crescimento económico mais débil do que o estimado em Junho, registando-se contudo alguns elementos positivos que não deverão deixar de ser assinalados, como é o caso, por exemplo, da taxa de desemprego que nos últimos anos cresceu exponencialmente, em particular em 2003 e 2004. A concretizar-se a previsão de que de que o desemprego poderá estabilizar na casa dos 7 por cento, isto significa uma evolução ligeiramente mais favorável do que a antecipada em Junho de 2005, precisamente na altura em que o PEC foi apresentado no Parlamento pela primeira vez.

Há mais vida para além do PEC

Para o deputado socialista Vítor Baptista, o Programa de Estabilidade e Crescimento não encerra em si toda a discussão sobre o equilíbrio necessário das finanças públicas com que o Governo pretende ajudar a projectar o país nos próximos anos. O PEC não é um fim em si mesmo, e também não é um orçamento plurianual, constituindo-se sim, como defende o parlamentar socialista, como uma pré-condição para o crescimento económico, factor indispensável à prossecução de políticas



de coesão social e de desenvolvimento económico.

Numa economia pequena e bastante exposta a exterior, onde cerca de 80 por cento das exportações portuguesas são canalizadas para os países da União Europeia, fica clara a nossa dependência dos sucessos ou insucessos das economias dos nossos parceiros comunitários.

Por outro lado, e o PEC pretende também consolidar este lado do problema, só haverá emprego duradouro, se o país

souber dotar os seus trabalhadores com mais valências funcionais e outras qualificações, cenário que nos transporta para a grande importância de que se reveste, quer o Plano Tecnológico, quer o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego na estratégia de desenvolvimento a médio prazo de Portugal.

Com a reapresentação do PEC o Governo demonstra uma assinalável determinação no sentido da sustentabilidade das finanças públicas de longo prazo tendo

por base as metodologias recomendadas pelos organismos do Conselho Europeu e as do relatório sobre a Sustentabilidade da Segurança Social apenso ao Orçamento de Estado para 2006.

De salientar que a revisão em baixa das previsões de crescimento económico para o período de 2005 a 2008 mantém contudo inalterados os objectivos dos défices anuais e da evolução da dívida pública, factores que contribuirão para o combate à fraude e a evasão fiscais.

R.S.A.

FREITAS DO AMARAL AFIRMA

NÃO HÁ PROVAS DE VOOS ILEGAIS DA CIA

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, afirmou que não existem quaisquer indícios de que possam ter passado por Portugal voos da CIA para o transporte de detidos em violação da legislação nacional, do direito internacional ou de acordos bilaterais.

"Posso garantir que não há no Ministério dos Negócios Estrangeiros registo de qualquer voo ao serviço da CIA nem para qualquer transporte por outro organismo do Estado norte-americano de prisioneiros para países onde haja ou tenha havido centros de detenção ilegais ou perigo de aplicação de tortura e tratamentos degradantes", disse o ministro. Falando no dia 13 perante os deputados das comissões parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e dos Negócios Estrangeiros,

Freitas do Amaral referiu que desde Setembro de 2001 se verificaram cerca de 1300 notas verbais e comunicações referentes a pedidos e avisos norte-americanos sobre o sobrevoo e aterragem e que os voos cuja referência tem vindo a público "são todos voos civis de aeronaves".

Segundo o ministro, todos os voos de aeronaves mencionados na imprensa como sendo da CIA eram civis e naqueles "em que houve desembarque temporário de passageiros, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) informou que todos tinham passaporte regular de cidadãos norte-americanos, excepto em cinco casos, um irlandês, um francês e três britânicos".

E desmentiu ainda liminarmente que tenha entrado nas prisões portuguesas qualquer



indivíduo detido "em circunstâncias do tipo das descritas pela Comunicação Social".

Freitas do Amaral garantiu, por outro lado, que o Governo vai intensificar as acções de controlo sobre aviões que aterrem em território nacional, fazendo questão de sublinhar que "até prova insofismável que venha demonstrar o contrário" as acusações à CIA não serão tidas como mais que isso.

Na intervenção inicial perante os deputados, o ministro disse ter questionado directamente a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, sobre esta matéria e que esta lhe garantiu que os EUA "nunca transportaram ninguém para países ou lugares onde pudesse haver perigo de tortura, morte ou tratamentos cruéis".

PS CHAMA SOUTO MOURA À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os socialistas apresentaram um requerimento pedindo a audição parlamentar do procurador-geral da República, Souto Moura, para prestar esclarecimentos sobre os critérios das escutas telefónicas, as violações ao segredo de justiça e as falhas que admitiu terem existido na investigação do processo Casa Pia.

No documento, solicitando a audição do PGR na Comissão de Assuntos Constitucionais, o PS refere que em recentes intervenções públicas, Souto Moura tem suscitado "candentes questões que requerem aprofundamento", pelo que há que dar "oportunidade ao sr. procurador para melhor esclarecer o seu alcance".

Em relação às violações do segredo de justiça, o requerimento lembra que Souto Moura apelou no mês passado "ao poder político para que implemente, com a maior brevidade possível, as reformas legislativas que ponham cobro a tal situação".

Em declarações à Comunicação Social, o porta-voz do PS, Vitalino Canas, fez questão de afastar qualquer intenção condenatória do procurador. "O Governo já disse que não porá em causa a continuidade do mandato de Souto Moura e este requerimento não tem qualquer intuito que tenha a ver com isso".



JOÃO SERRANO ELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DE LISBOA

O socialista João Serrano foi eleito presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, o órgão deliberativo da Grande Área Metropolitana de Lisboa, para o mandato 2005-2009.

A cerimónia de posse da Assembleia Metropolitana teve lugar na passada terça-feira, dia 20, a que se seguiu a eleição de João Serrano, da Assembleia Municipal da Amadora, com 53 votos a favor e um nulo.

Como vice-presidentes foram eleitos o comunista João Afonso Luz, da Assembleia Municipal de Setúbal, e Joaquim Sardinha (PSD), da Assembleia Municipal de Mafra.

Para o dia 20 estava igualmente prevista a eleição do líder da Junta Metropolitana de Lisboa, a escolher entre os 18 presidentes das autarquias que integram a Grande Área Metropolitana, mas a votação foi adiada, a pedido do PSD, para dia 19 de Janeiro.



JUNQUEIRO ACUSA DIREITA DE INSENSIBILIDADE PARA COM O INTERIOR

O PS acusou o PSD e CDS-PP de "insensibilidade social" e de "estigmatizarem" o interior do país ao criticarem a opção do Governo pelas auto-estradas sem portagens (SCUT) com base no relatório do Tribunal de Contas sobre as parcerias público-privadas nestas vias. "O Tribunal de Contas aponta o dedo a alguns procedimentos, mas não aponta o dedo aos resultados", sublinhou no dia 12 o vice-presidente da bancada do PS José Junqueiro.

O deputado socialista salientou que o relatório do Tribunal de Contas (TC) refere, "pela primeira vez", que os investimentos nas SCUT "obedecem a uma razão de interesse público" e reconhece que tiveram como objectivo "corrigir o desequilíbrio nacional" e acelerar a concretização do plano rodoviário nacional.

Por outro lado, Junqueiro retira ainda do relatório do TC o reconhecimento de que o sistema das SCUT permite estimular a construção de auto-estradas em que o número de nós desaconselha a introdução de portagens.

Salientando que a mortalidade e a



sinistralidade diminuíram em todos os troços onde existem SCUT como alternativa, o deputado do PS eleito pelo círculo de Viseu acusou o PSD e CDS-PP de "ignorar o interesse público das populações do interior".

Além disso, acrescenta, "estes partidos,

ao invocarem o encargo com as SCUT, omitem ao país os oito mil milhões de euros de prejuízos anuais dos transportes públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que o interior assume de forma solidária, apesar de não os utilizar".

PARLAMENTO APROVA NOVA LEI DAS RENDAS

Com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e do CDS e os votos contra do PCP, BE e PEV, o novo regime de arrendamento urbano (NRAU) foi aprovado em votação final global, na Assembleia da República.

A nova lei, que deverá ter reflexos na vida de cerca de meio milhão de pessoas, segundo o secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, vem substituir o anterior regime aprovado em 1990 e contribuir para pôr um ponto final numa polémica que se arrastava há várias décadas.

De facto, com a aprovação do novo normativo legal, não só se prevê a actualização das rendas, facto que na opinião do Executivo deverá permitir a médio prazo desbloquear o já antigo e recorrente problema da degradação do parque habitacional, como se antevê um conjunto de ajudas em forma de subsídios a dirigir aos inquilinos com mais de 65 anos de idade e cujo agregado familiar receba um rendimento anual bruto corrigido inferior a cinco salários mínimos nacionais.

Para Eduardo Cabrita, a nova lei visa tornar o arrendamento urbano mais justo e equilibrado ajudando simultaneamente a uma efectiva política de renovação e reabilitação urbanas.

A nova renda vai pois corresponder, segundo divulgou este responsável governamental, a 1/12 de 4 por cento do valor patrimonial tributário, calculado segundo os critérios do imposto municipal sobre imóveis.

Como realçou Eduardo Cabrita, os



aumentos conhecerão um processo gradual, não serão portanto efectuados de forma imediata, e terão lugar num período de tempo que poderá oscilar entre os dois a os dez anos, tudo dependendo dos rendimentos e da idade dos inquilinos.

Assim, quando o rendimento familiar mensal for inferior a cinco salários mínimos nacionais ou se o inquilino tiver mais de 65 anos de idade, o período para actualização da renda será de dez anos. Para os inquilinos que não se enquadrem nestas situações, a lei estabelece que a renda conhecerá aumentos ao longo de cinco anos, excepto para os agregados familiares que recebam mais de 15 salários mínimos nacionais, cenário em que o aumento das rendas se processará em dois anos. Em contrapartida, refere o secretário de

Estado adjunto, o novo regime do arrendamento urbano estabelece a obrigatoriedade dos proprietários, para poderem beneficiar dos novos dispositivos legais, procederem à realização de obras nos imóveis arrendados. Caso o não façam, como também fica determinado na lei, o inquilino pode exercer o direito à compra do imóvel, ficando nesta situação a seu cargo a realização das respectivas obras. Todavia, se o inquilino não proceder à realização das obras, o imóvel volta de novo para a posse do antigo proprietário. Segundo anunciou Eduardo Cabrita, o Governo vai avançar nos próximos meses com um conjunto de medidas complementares nomeadamente em matéria de novas atribuições de subsídio de renda.

SÓCRATES NO JANTAR DE NATAL DO GP/PS

“É UM GOSTO VER SOARES EM CAMPANHA”

O secretário-geral do PS, José Sócrates, prometeu fazer “o que puder” para estar ao lado de Mário Soares durante a campanha para a Presidência da República. “Farei o que puder, dentro do quadro das minhas responsabilidades também governativas, para fazer campanha pelo dr. Mário Soares, porque essa é a minha obrigação e a minha responsabilidade como líder do PS”, disse.

Num breve discurso no dia 19, no jantar de Natal do Grupo Parlamentar Socialista, no Centro de Congressos de Lisboa, Sócrates reafirmou que o partido “está muito empenhado em fazer de Mário Soares o próximo Presidente da República”, sublinhando que “é um gosto vê-lo” em campanha.

“Tenho a certeza que todos nós, ao olharmos para Mário Soares em campanha, temos orgulho neste partido,



cuja natureza, cujo sentimento foi também moldado por ele, porque foi o seu fundador. É nesse combate que nos vamos empenhar: todo o PS”, acrescentou.

Por outro lado, o líder socialista considerou 2005 “um ano difícil e exigente”, mas declarou-se “com a consciência do dever cumprido” em relação aos primeiros meses de governação e convicto de que resolverá os problemas do país e de que “o PS está unido, forte e consciente de que tem de levar a sua missão até ao fim”. Antes, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, assegurou que os deputados socialistas acompanharão “a determinação do Governo”, sustentando que terão “grandes batalhas, grandes momentos futuros, uma melhoria de condições e de vida para o nosso povo, para todos nós, seguramente”.

JANTAR DE NATAL DA FEDERAÇÃO DE VISEU

LÍDER DO PS PROMETE “EMPENHO ENÉRGICO” NA CAMPANHA DE SOARES

José Sócrates garantiu o “empenho enérgico” dos socialistas na campanha de Mário Soares, salientando que o fundador do PS “é o candidato melhor colocado para dar uma vitória à esquerda e que melhor serve os interesses do país”.

Ao intervir na qualidade de secretário-geral do PS, num jantar de Natal da Federação de Viseu, no passado dia 10, Sócrates afirmou que “se a esquerda quer ganhar, só pode ter a vitória com um político que sabe falar ao centro, que tem apoios em todo o lado e esse político é Mário Soares”.

Para o líder socialista, Soares “é o político português que mais prestígio

internacional tem e pode abrir novas portas ao país. Sabe estar perto do povo. Sabe ouvir e sabe arbitrar. É o candidato que melhor interpreta a função presidencial, que tem melhor utilidade para o país e que melhor sabe ouvir o povo”.

Sócrates sublinhou, no entanto, que o voto é pessoal e reafirmou que “o PS é um partido de gente livre, com total autonomia, que faz o que a consciência lhe manda”, atribuindo esse legado “à herança que Mário Soares deixou quando foi líder”.

Na sua intervenção, o líder socialista sustentou ainda que Soares é o candidato que “melhor encarna o valor da liber-

dade, da justiça social, da tolerância”: Já o presidente da Federação de Viseu corroborou as palavras de Sócrates, acentuando os atributos de Mário Soares de “estadista, homem de cultura e personalidade conhecida em todo o mundo”, salientando que estas são as razões concretas que “credibilizam” a decisão do PS.

Por outro lado, José Junqueiro afirmou que os militantes socialistas “se encontram motivados e de pedra e cal para o combate político na defesa dos objectivos para a legislatura, ajudando o país a sair da crise e devolvendo a auto-estima, a esperança e a confiança aos portugueses”.



ESTÁGIO REMUNERADO NO GRUPO SOCIALISTA NO PARLAMENTO EUROPEU

Está aberto concurso para um estágio remunerado no Grupo Socialista no Parlamento Europeu, para o período compreendido entre 20 de Fevereiro e 21 de Julho de 2006. As candidaturas deverão ser apresentadas até 6 de Janeiro à Delegação Socialista Portuguesa, por e-mail, para psedelegpt@europarl.eu.int, ou em carta dirigida à seguinte morada: Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Delegação Portuguesa, Rue Wiertz, 60, ASP 12G358, B-1047 Bruxelas, Bélgica. O Regulamento do concurso e o respectivo acto de candidatura poderão ser consultados e descarregados a partir da página de Internet dos eurodeputados do PS.

SAMPAIO LANÇA LIVRO

DEZ ANOS DE PRESIDÊNCIA EM REVISTA

Os textos mais significativos de uma década de mandato estão reunidos no livro "Com os Portugueses – Dez Anos na Presidência da República", uma obra da autoria de Jorge Sampaio que constitui o primeiro balanço da sua passagem por Belém e uma reflexão sobre o que deve ser a actuação do chefe de Estado.

"O Presidente da República contribuiu para a reformulação das agendas políticas nacional e internacional e equaciona e fundamenta propostas concretas para intervenções de um poder que é também seu, mas que o transcende", escreve Sampaio no prefácio da sua obra, lançada no passado dia 14, com a chancela das edições Afrontamento.

"Com os Portugueses" é um livro dividido em duas partes, a primeira das quais intitulada "Globalização, Constituição Europeia e Portugal", sendo dedicada às relações do nosso país com o exterior. Já a segunda parte foca os problemas internos, sob o título geral de "Uma Ambição para Portugal".

Esta antologia inclui igualmente, ao longo das suas 590 páginas, trechos dos discursos de posse de Jorge Sampaio (1996 e 2001), alguns artigos que foi publicando em jornais, as mais importantes mensagens que dirigiu ao Parlamento, as suas alocações por ocasião dos aniversários do 25 de Abril e os discursos proferidos quando investiu Santana Lopes como primeiro-ministro em Julho deste ano e quando, cinco meses depois, decidiu interromper

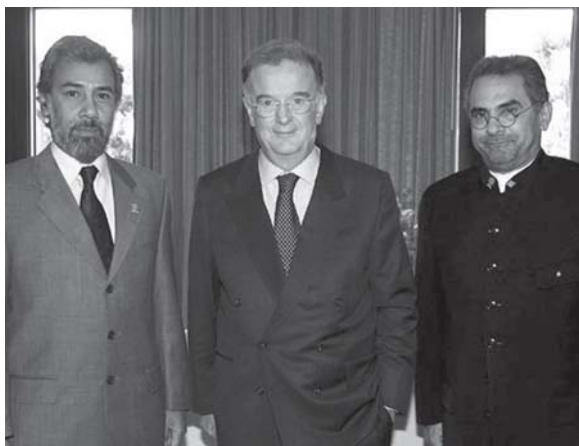
a legislatura.

É também nas páginas da sua obra que o ainda chefe de Estado revisita os temas que durante os seus mandatos presidenciais fez questão de trazer ao primeiro plano do debate público, revelando-se particularmente atento ao combate à corrupção e à dignificação da justiça.

De igual modo, a valorização da instituição militar, a descentralização administrativa e a reforma do sistema político foram problemáticas caras a Sampaio, que não deixou passar nenhuma oportunidade para lançar o apelo: "Precisamos de mais e melhor educação para sermos uma sociedade mais desenvolvida e coesa".

Com esta iniciativa e já na recta final da sua "magistratura de arbitragem e moderação institucional", Sampaio afirma-se "livre avaliação colectiva" do seu desempenho enquanto Presidente, recordando que ao longo da sua vida política sempre defendeu "uma cultura de responsabilidade que se traduz na exigência da prestação de contas".

Sobre o seu próprio legado no exercício da presidência da República, reconhece não estar isento de críticas.



Mas "quem se propuser julgar, que o faça na memória e não no esquecimento", ressalva, passando em revista todos os marcos relevantes do seu mandato, incluindo diversas sugestões que deixaram um rasto de polémica na praça pública.

Depois do capítulo em que se centra na definição da posição do chefe de Estado como comandante supremo das Forças Armadas, Jorge Sampaio sede espaço na sua obra para inserir um conjunto de depoimentos sobre a sua presidência subscritos por figuras ilustres da cena internacional, entre eles Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, Mary Robinson, ex-Presidente da República da Irlanda, Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia, e Carlo Ciampi, actual chefe de Estado italiano.

No auditório principal da Culturgest, em Lisboa, onde decorreu a apresentação do seu livro, o chefe de Estado fez um

balanço "optimista" da sua experiência como o primeiro magistrado da nação, em perfeita sintonia com o clima caloroso que se fez sentir durante toda a cerimónia, iniciada pelo discurso de Marcelo Rebelo de Sousa, que não poupou elogios a Sampaio, e pela intervenção do constitucionalista Gomes Canotilho, que lhe agradeceu "por ter sido um Presidente de causas".

"Verifico que teria sido virtualmente impossível que o vosso Presidente tivesse tido uma presença mais forte, mais permanente e mais desenvolvida", afirmou Jorge Sampaio, perante uma plateia completamente esgotada em que se destacaram as presenças do presidente da Assembleia da República, dos ministros dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e da Saúde, de vários conselheiros de Estado, membros do corpo diplomático, deputados, presidentes de tribunais superiores e ainda de um incalculável número de notáveis,

entre eles Ramalho Eanes, o presidente da Comissão Nacional da UNESCO, José Sampaio e da Fundação Oriente, Carlos Monjardino.

Na sua intervenção, Sampaio fez também algumas revelações, frisando nunca ter pertencido a "nenhuma das organizações pesadas que estruturam a sociedade portuguesa" e elogiando os partidos políticos por considerá-los "indispensáveis" à democracia e à República.

A terminar, deixou a garantia de que "o Jorge Sampaio que sairá da Presidência da República é o mesmo que aí entrou", com apenas uma diferença – "Passei a ter uma dívida para com os portugueses. Onde me viram sempre me apoiaram".

MARY RODRIGUES

MANDATOS EM NÚMEROS

Nas páginas do livro "Com os Portugueses – Dez Anos na Presidência da República" há lugar também para um conjunto de relevantes dados estatísticos que nos deixam saber que durante a década que Jorge Sampaio chefiou o Estado português:

- Efectuou **116** viagens ao estrangeiro
- Visitou **297** concelhos do nosso país
- Teve **241** reuniões de trabalho com quatro primeiros-ministros
- Dirigiu **9** mensagens à Assembleia da República
- Convocou **2** referendos
- Reuniu **22** vezes o Conselho de Estado
- Promulgou **5287** diplomas
- Vetou **85** diplomas

M.R.

ENTRE "ASPAS"

"É preciso estar sempre um passo à frente. Olhar com sensibilidade para os sinais que nos vêm da sociedade. Antecipar o futuro"

"Semeiei o que muitas vezes foi visto como bizarro ou, pelo menos, prematuro. Mas creio que as sementes não levaram muito tempo a germinar, florescendo nos debates parlamentares e no discurso recorrentes das governações"

"O Presidente da República tem que dedicar atenção extrema à transparência, equidade e imparcialidade no exercício do poder"

"O exercício de funções públicas não requer apenas uma avaliação à partida, mas sobretudo uma avaliação à chegada"

"Em democracia não há homens providenciais. Tem de haver instituições fortes, sólidas e eficazes e que funcionem"

"A confiança dos cidadãos é das coisas mais fáceis de se perder e das mais difíceis de se alcançar ou recuperar"

"Justiça que não é célere, pronta e universal gera impunidade, insegurança e enfraquecimento da autoridade do Estado"

"O equilíbrio das finanças públicas não é um objectivo que devemos absolutizar nem constitui condição suficiente de crescimento"



SAÚDE

CORREIA DE CAMPOS VENCE OBSTÁCULOS CORPORATIVOS

Em nove meses de trabalho, o Governo adoptou na área da saúde "uma política activa e de visibilidade", afirmou no Parlamento, Correia de Campos, salientando a prioridade dada aos cuidados primários.

Falando no dia 16, na sessão plenária de perguntas ao Governo, o ministro da Saúde passou em revista algumas das principais medidas tomadas pelo seu ministério, como a apresentação de um orçamento de 2006 "minimamente decente", a transformação dos hospitais SA em EPE, a redução dos gastos na factura farmacêutica e nos meios de diagnóstico, o plano de requalificação das urgências hospitalares e ambulatórias e a abertura ao público de locais para venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, "vencendo, um a um, todos os obstáculos corporativos". Por outro lado, acrescentou, foi cumprido o imperativo legal de facultar meios de planeamento familiar em todos os centros de saúde e hospitais, está prestes a ser concluído um protocolo, por três anos, de estabilização da despesa farmacêutica, foi reconstituída a Entidade Reguladora da Saúde e inaugurada uma era de transparência nas contas e resultados da actividade de todas as instituições de saúde. Por outro lado, acelerou-se o ritmo do lançamento da construção de unidades de saúde sob a forma de PPP e criou-se a Unidade de Compras do Ministério e Saúde



"para promover a eficácia, eficiência, transparência e controlo de custos pelas aquisições, conjuntas ou combinadas, de bens e serviços, por via electrónica". Mas, se o balanço geral "é eloquente", Correia de Campos referiu que os cuidados de saúde primários foram a área em que o Governo mais investiu, "embora a tangibilidade dos resultados seja ainda distante". Assim, explicou, "anulámos retrógrada legislação anterior, preparámos linhas de política e programas de actividade, criámos uma Unidade de Missão específica para os Cuidados de Saúde Primários, acolhemos uma centena de médicos estrangeiros e preparámos novas formadas, alargámos consideravelmente as vagas e condições de formação de medicina familiar para 138 novos internos e mais 36

de Saúde Pública, no ano de 2005".

No entanto, referiu, "não conseguimos, ainda, para nosso desgosto, criar as seis Unidades de Saúde Familiar que estavam previstas para 2005". Mas, acrescentou, "consola-nos a crescente adesão de centros de saúde e respectivas equipas ao novo conceito, ao regime remuneratório novo".

O ministro da Saúde afirmou ainda que nestes nove meses de Governo "prestámos informação e contas à Assembleia da República em nove ocasiões distintas, respondemos a 90 dos 114 requerimentos apresentados pelos deputados e prestámos ao público, sem reservas de qualquer espécie, toda a informação que este solicitava para além da que nós entendíamos como indispensável".

J. C. C. B.

APROVADA REESTRUTURAÇÃO DA CASA PIA DE LISBOA

O processo de reestruturação da Casa Pia de Lisboa recebeu luz do Conselho de Ministros, cujos princípios estabelecem também um regime institucional transitório, no qual Catalina Pestana se mantém como provedora da instituição.

No final da reunião do passado dia 15, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, salientou que o decreto que estabelece um regime institucional e patrimonial transitório para a Casa Pia de Lisboa prevê a manutenção do cargo de provedor da instituição.

"Catalina Pestana mantém-se no cargo de provedora da Casa Pia de Lisboa, competindo-lhe a representação protocolar e em juízo daquela instituição", referiu o ministro da Presidência.

No entanto, como se lê no comunicado do Conselho de Ministros, ficam desde já "extintos" os cargos de provedor adjunto da Casa Pia de Lisboa. Quanto ao processo de reestruturação da Casa Pia de Lisboa, Pedro Silva Pereira referiu que a resolução aprovada em Conselho de Ministros "dá seguimento às instruções dadas pelo Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa", estrutura liderada pelo ex-ministro da Educação Roberto Carneiro.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, o processo de reestruturação terá um "período de transição de um ano, prorrogável por mais quatro meses".

Esse período de transição, segundo o Executivo, "caracteriza-se pela criação de um modelo institucional e transitório", que se desenvolverá numa primeira fase pela tentativa de "conjugação a gestão corrente da instituição com a preparação das soluções institucionais e pedagógicas a adoptar em termos definitivos".

Na segunda fase, será "definido o novo modelo institucional da Casa Pia de Lisboa, fixando a respectiva orgânica interna, bem como as prioridades do seu modelo de desenvolvimento".

Na terceira e última fase, acrescenta o Governo, a tarefa será a da concretização das soluções que vierem a ser definidas "em cumprimento dos objectivos e princípios orientadores".

JUSTIÇA

GOVERNO DEFINE PRIORIDADES DA POLÍTICA CRIMINAL

Deu entrada na Assembleia da República uma proposta de lei do Governo que prevê uma periodicidade bienal para a definição dos objectivos, prioridades e orientações em matéria de prevenção da criminalidade, investigação criminal, acção penal e medidas de segurança.

A proposta de lei admite, contudo, a possibilidade de introduzir alterações antes de esgotado o prazo de dois anos, quando se iniciar uma legislatura ou se modificarem as circunstâncias que fundaram a aprovação da resolução.

Na exposição de motivos, refere-se que o Governo, na condução da política geral do país, assume a iniciativa de apresentar à Assembleia da República a proposta de objectivos, prioridades e orientações, depois de ouvir o Conselho da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal, o Conselho Superior de Segurança Interna e a Ordem dos Advogados.

Segundo a proposta de lei, no termo de cada ciclo de dois anos, o procurador-geral da República, a quem compete emitir as directivas, ordens e instruções destinadas a fazer cumprir as resoluções, apresenta ao Governo e à Assembleia da República um relatório sobre a sua execução, as dificuldades experimentadas e os modos de as superar.

No entanto, sublinhe-se que a resolução sobre objectivos, prioridades e orientações de política criminal não põe em causa, de forma directa ou indirecta, a independência dos tribunais, decorrente do princípio da separação de poderes e a sua exclusiva subordinação à lei.

Por seu turno, a autonomia do Ministério Público, consagrada na Constituição, é salvaguardada por não poderem ser emitidas directivas, ordens ou instruções referentes a processos determinados, seja pelo Governo seja pela Assembleia da República.

Segundo ainda a proposta de lei, as resoluções aprovadas pela Assembleia da República implicam que o Governo, o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal assumam os objectivos, adoptem as prioridades e observem as orientações de política criminal, afectando os recursos humanos e materiais adequados aos processos por crimes a que estas se reportem.

J. C. C. B.

BARRAGENS DO TUA E DO SABOR VÃO AVANÇAR

O primeiro-ministro afirmou que o Governo quer avançar com as barragens na foz do rio Tua e no Baixo Sabor por haver absoluta necessidade de se dar continuidade aos grandes projectos de que o país necessita quer ao nível das reservas estratégicas de água, quer em relação ao abastecimento energético. Para José Sócrates, um dos principais problemas de Portugal é o país estar sistematicamente a mudar de estratégia de governo para governo, razão pela qual, afirmou, o actual Executivo pensa que a construção destas barragens constitui um passo importante na consolidação de projectos de interesse nacional e que interrompê-los seria estar a contribuir para uma ainda maior instabilidade no nosso desenvolvimento.

O primeiro-ministro disse que manteve a decisão de avançar com a construção destas barragens apesar de discordar da avaliação final apresentada pelo anterior Governo, que optou por levar em frente a obra, mau grado os pareceres técnicos contrários que recebeu.

Os critérios invocados, lembrou José Sócrates, pelo então Executivo de Durão Barroso para avançar com a construção destas barragens, baseavam-se unicamente em princípios de carácter emi-



nentemente económicos, facto que na altura levou o PS a considerar tratarse de critérios insuficientes para justificarem a construção de equipamentos de tamanha grandeza e que por isso não deveriam ser levados em frente sem os respectivos estudos de impacte ambiental.

Hoje, acrescentou José Sócrates, estes aspectos estão ultrapassados e corrigidos, razão pela qual a construção destas barragens surge como uma escolha fundamental tendo em vista a sustentabilidade da nossa rede de energia.

O presidente da Câmara Municipal de Moncorvo, no distrito de Bragança, já veio congratular-se com a decisão do Governo em construir a barragem do Baixo Sabor, considerando esta iniciativa como um empreendimento "absolutamente necessário para a região".

Para Aires Ferreira, autarca deste município transmontano, esta obra é muito importante, "porque não podemos passar a vida a depender dos nossos vizinhos espanhóis, nomeadamente, como referiu, "para controlar as cheias no rio Douro onde desagua o Sabor". O investimento calculado para a construção desta barragem é de 250 milhões de euros e terá uma capacidade de armazenamento de cerca de 630 hectómetros cúbicos de água.

Recorde-se que a barragem do Baixo Sabor faz parte do plano nacional de energia desde os anos de 1960, tendo assumido um renovado relevo em consequência da suspensão, em 1996, da barragem do Côa, onde na altura foram descobertas um conjunto de gravuras rupestres imediatamente classificadas como património da humanidade.

R.S.A.

MARKETING E MARKETING POLÍTICO – “COLOCAR OS PONTOS NOS IS”



CELSO GUEDES DE CARVALHO
cngfc@hotmail.com

Nunca como agora o marketing político esteve tão em evidência. Possivelmente por esta razão, também nunca houve tanta confusão à volta da definição de marketing, de marketing político e do contributo que este pode dar para os candidatos/partidos e para os eleitores.

O que nos diz o senso comum

O conceito de marketing não é claro para as empresas nem para os cidadãos. Ora está demasiado associado a vendas, ora demasiado a publicidade. Isto acontece porque temos uma necessidade de colocar um conceito rapidamente numa das nossas gavetas cognitivas.

A resposta de “senso comum” (e acreditem que já a obtive muitas vezes) sobre qual é o contributo que o marketing dá à política resume-se normalmente à construção de anúncios/outdoors e para criar imagens muitas vezes distanciadas da realidade.

O que nos dizem os especialistas

Kotler, Armstrong e Saunders (com os quais concordo) definem o marketing como “a função que identifica as necessidades e desejos dos consumidores, determina quais os mercados/alvo que poderá servir melhor

e cria os produtos, serviços e programas apropriados”.

Poderemos assim admitir que uma empresa com orientação de marketing vende porque consegue identificar (por exemplo através de estudos de opinião) e apresentar soluções que vão ao encontro das necessidades do mercado (consumidores/ empresas). Ao tentar conhecer melhor o consumidor, uma empresa não só está a potenciar melhores resultados como a contribuir para uma maior satisfação dos consumidores.

No âmbito da sua vertente comunicação (vulgarmente apelidada de publicidade), passa por tentar atrair, persuadir o cliente a tomar uma decisão favorável relativamente aos seus produtos/ marcas.

Resumindo:

- a publicidade é um instrumento do marketing;
- o marketing procura oferecer aquilo que os públicos da organização desejam;
- o marketing centra-se nas necessidades que o produto satisfaz.

Marketing político

Um candidato vende ideias e vende-se a si próprio aos cidadãos (ou aos eleitores). Se o candidato souber identificar as necessidades e desejos dos eleitores é (normalmente) recompensado com uma massa de opinião pública favorável.

Existe assim um processo de troca entre o candidato que “vende” liderança e visão política e o eleitor que compra (através do voto e confiança) o sonho de obter benefícios para si e para a sociedade. Um

sonho que está de acordo com os seus desejos e necessidades.

O marketing político tende a concentrar-se em períodos eleitorais (apenas!) e em aspectos como a imagem, o comportamento eleitoral, o planeamento dos partidos políticos e a gestão dos media. Os candidatos têm normalmente ajuda especializada para escolher os temas e as políticas, elaborar os melhores anúncios, garantir uma adequada segmentação e targeting das mensagens e escolher os seus “vendedores”.

No marketing aplicado à política, tal como quando utilizado nas empresas, há organizações concorrentes (candidatos, partidos), diferenciação de potenciais consumidores (abstencionistas, indecisos, esquerda, direita ...) e avaliação da decisão (número de votos, novas eleições...)

Quais serão então as características (resumidamente) de um candidato /partido orientado para o marketing:

- Atribui grande importância ao estudo e investigação das suas actuais e potenciais audiências (eleitores, cidadãos, militantes);
- Utiliza processos de segmentação de forma criativa e estratégica definindo segmentos-alvo (porque nem todos os programas podem satisfazer necessidades e desejos de todos os consumidores);
- Desenvolve estratégias integrando todos os instrumentos do marketing.

Como disse Edson Athaide: “... Nossa Senhora de Fátima tem um acordo operacional com os publicitários. Ela não faz planos de marketing e eles não fazem milagres”.

AS AUTARQUIAS LOCAIS E O PLANO TECNOLÓGICO



MARIO FRANCO
mail@mario-franco.net

Cada vez mais a informação e o conhecimento são protagonistas do desenvolvimento. Estratégias que integrem estes factores no desenvolvimento local e regional são, por essa razão, cruciais para a modernização de Portugal, daí a importância de criar Planos Autárquicos para a Sociedade da Informação e Conhecimento, sejam eles municipais (PMSIC) ou ao nível de freguesia.

As autarquias locais têm hoje um papel a desempenhar no desenvolvimento de capacidades locais e regionais nas áreas

da informação e do conhecimento. O principal empreendimento que se apresenta hoje a um qualquer local, é integrar-se em redes de informação e conhecimento, constituindo-se como pólo agregador de valor. Esta possibilidade só é conseguida se se criar competências locais e é aqui que as autarquias locais têm um papel determinante.

São diversas as áreas onde as autarquias locais podem exercer a sua intervenção, a saber:

- A) O acesso;
- B) A formação;
- C) Os conteúdos;
- D) A cibercidadania.

Contudo, a criação destes instrumentos de acesso à informação e ao conhecimento têm de estar enquadrados por uma estratégia clara de produção de conhecimento, que em si signifique uma mais-valia para o desenvolvimento local.

O grande desafio é, neste contexto, o da apropriação social das tecnologias de informação e comunicação (TIC) de modo a permitir a integração destas no desenvolvimento individual e colectivo. Este

processo é de extrema complexidade e exige condições muito particulares.

É precisamente na criação dessas condições que as autarquias locais têm um papel crucial. Na constituição de pólos de conhecimento integrados em redes globais de informação e na promoção de nós qualificados na rede cuja infra-estrutura é a Internet. Deste modo, os espaços e territórios podem ser identificados e afirmam-se na rede como lugares de conhecimento e desenvolvimento.

Hoje, como diz Kanter, “... o capital, o trabalho ou as matérias-primas perdem o seu carácter estratégico, anteriormente vivamente realçado. Os activos ou factores-chave para a competitividade e sobrevivência empresarial e territorial centram-se nos conceitos, na competência e nas conexões. É no reforço destas capacidades que as autarquias locais devem fazer as grandes apostas e estruturar as suas políticas locais.

Os territórios, para se constituírem como espaços de desenvolvimento, têm de ser, eles mesmos, locais de progresso humano. Não existem territórios do conhecimento sem cidadãos do conhecimento, o que implica um forte investimento nas áreas sociais e da educação. O investimento em determinado tipo de infra-estruturas físicas, sem a criação de competências, aumentará o risco de periferização dos territórios pelo que as políticas locais devem promover condições para aumentar as possibilidades de adquirir e criar conhecimento.

Por um lado, a criação de competências, entendidas neste âmbito como: “capacidade de transformação de ideias (ou conceitos) em aplicações utilizáveis” é uma responsabilidade que deverá ser assumida na autarquia local como uma prioridade, promovendo a inovação; por outro lado, o desenvolvimento de conexões, desde o mais básico acesso à informação, como é o caso da disponibilização de acesso à internet, até à constituição de pólos de conhecimento, integrados em redes globais de conhecimento, como pode ser o caso da criação de

centros de investigação, são as bases da transformação dos territórios em verdadeiros territórios do conhecimento.

Uma política com este objectivo exige estruturas na autarquia a diversos níveis, que devem ser integradas num pelouro para a sociedade de informação e do conhecimento, assim como uma estratégia coerentemente traduzida num Plano Autárquico para a Sociedade da Informação e do Conhecimento (PMSIC).

No momento em que Portugal carece de um surto de desenvolvimento real, as autarquias locais podem assumir nestas áreas o mesmo papel que desde o 25 de Abril têm tido em outros aspectos da cidadania portuguesa e ser o principal factor de êxito. De sublinhar o discurso do primeiro-ministro, José Sócrates, dirigido à Associação Nacional de Municípios Portugueses no passado dia 10 de Dezembro, em que afirmou que os municípios têm um papel no Plano Tecnológico. Discurso aliás consistente com este próprio Plano que aponta para diversas medidas, como por exemplo:

- Desenvolvimento Regional Inovador – Discriminação positiva a projectos com potencial inovador;
- Política de Cidades;
- Novas Soluções para a Qualidade e Funcionalidade das Cidades;
- Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação;
- Inovação nos Serviços em áreas de baixa densidade populacional.

No momento em que se sublinha esse importante passo, o da descentralização da modernização e do processo de inovação, que poderá permitir a sua verdadeira democratização, sublinha-se a importância de planear e executar ao nível autárquico estas áreas, de modo a potenciar o investimento e a racionalidade no aproveitamento dos recursos que vão ser utilizados.

Este novo posicionamento das autarquias locais no desenvolvimento de Portugal é mais que uma ousadia, é uma verdadeira necessidade e a afirmação da democracia local e da cidadania.

TORTURA E DIREITOS HUMANOS



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

O ponto 2 do artigo 25º da Constituição da República portuguesa assegura aos cidadãos portugueses o direito à integridade pessoal, estabelecendo que “ninguém pode ser submetido a tortura nem a tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos”. Hoje, mais do que nunca, é importante recordar este artigo da nossa Magna Carta, já que a proibição da tortura tem sido posta em causa recentemente. Assim, Peter Goss, director da CIA, manifestou dúvidas em finais de Novembro de 2005 sobre se as

técnicas de privação do sono ou de simulação de execuções deveriam ou não ser consideradas como tortura. Desta dúvida resultou uma subtil distinção entre tortura “dura” e tortura “suave”, defendida por alguns, em nome da guerra ao terrorismo internacional. Assim, a proibição da tortura e dos “tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos” deixou de ser um direito universal para passar a ser aceitável pelos governos que estabelecem arbitrariamente a sua introdução em situações de excepção que tendem a tornar-se regra. O actual Governo dos Estados Unidos tem sido responsável por esta banalização da admissibilidade da tortura. A secretária de Estado

norte-americana Condoleezza Rice, apesar de ter jurado a pés juntos, durante a sua visita à Europa, que “os Estados Unidos não permitem, toleram ou perdoam a tortura em qualquer circunstância”, admitiu também que durante décadas os mesmos Estados Unidos entregaram alegados terroristas a países terceiros “onde podiam ser interrogados, detidos e apresentados à justiça”. Apesar de Rice não ter confirmado nem desmentido que não existem actualmente centros de detenção secretos dirigidos pela CIA em países aliados, é provável que tenham existido no passado. Recentemente, o jornal *Washington Post* referiu ter provas de que em pelo menos dezoito países, alguns dos quais da nova Europa, existiam estes centros. A Polónia e a Roménia foram apontados como dois deles. O mesmo foi confirmado por Serguei Lebedev, director do Serviço de Reconhecimento Externo da Rússia, a irmã gémea da CIA norte-americana. Por sua vez, a cadeia norte-americana *ABC News* referiu que estes centros, que alegadamente possuíam onze suspeitos de serem altos dirigentes da Al-Qaeda, tinham sido transferidos para o Norte África.

Uma investigação do Conselho Europeu concluiu que existiam suspeitas da existência de voos secretos da CIA, com escala em aeroportos de Estados da União Europeia, para transporte de prisioneiros para os alegados centros de detenção. O nosso país, como outros, encontra-se no âmbito desta investigação, já que aterram ou sobrevoam o território nacional cerca de 350 aviões

norte-americanos por mês, dos quais 25 por cento têm como destino o Afeganistão e o Iraque. Na sua intervenção de 13 de Dezembro na Assembleia da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros considerou que não existiam provas de que a CIA tivesse utilizado o território nacional para operações contrárias ao direito internacional. No entanto, ao considerar legitimamente que Portugal não tem capacidade para controlar as actividades secretas da CIA e que não via razões para não aceitar as garantias dadas pela senhora Rice sobre a oposição do Governo norte-americano à tortura, Freitas do Amaral não esclareceu devidamente a opinião pública e manteve intactas as suspeitas sobre os voos. Tendo em conta as manifestas contradições da secretária de Estado norte-americana e as declarações de Peter Goss, e de outros responsáveis norte-americanos, como Dick Cheney, sobre a admissibilidade da tortura, é prematuro considerar que o caso esteja encerrado. Por isso, deve reforçar-se a fiscalização dos aviões norte-americanos que aterrem no território nacional, o que, de resto, foi prometido por Freitas do Amaral, e investigar se houve ou não complicitades, manifestas ou tácitas, com as alegadas operações secretas da CIA durante o período em que Paulo Portas era ministro da Defesa, como sugeriu a deputada europeia Ana Gomes. Não se pode é pôr uma pedra sobre o assunto, como se nada tivesse realmente acontecido. São os direitos humanos que estão em causa!

ALQUEVA HUMANO: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DE APRENDER



BRAVO NICO
Deputado na AR

Parto do princípio de que a finalidade de qualquer Sistema Educativo consiste em proporcionar a todos os(as) cidadãos(as) o exercício do *direito de aprender*. A aprendizagem deve ser o verdadeiro centro de gravidade de todas as políticas educativas.

O exercício do direito à aprendizagem concretiza-se em três dimensões fundamentais: o *direito de aceder à escola*; o *direito a permanecer na escola*; o *direito a ter sucesso na escola*. Assim sendo, os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à disposição do sistema educativo devem ser geridos, eficaz e solidariamente, de forma a proporcionar a todos(as) uma verdadeira igualdade de oportunidades no acesso, permanência e sucesso nos ambientes escolares de aprendizagem, independentemente das respectivas condições sociais, económica, cultural, etária ou territorial.

Acesso, permanência e sucesso são três palavras geradoras da política educativa deste Governo e assumem-se como vértices fundamentais da marca socialista nesta área crucial para o presente e o futuro de Portugal.

Acesso: A oportunidade de acesso aos ambientes formais de aprendizagem deve ser para igual para todos(as), em todas as circunstâncias profissionais, em todas as idades, em todo o território. Sabemos todos(as) que ainda não é assim. As taxas de analfabetismo continuam altas e não baixam com a rapidez com que deviam; por vezes, trabalhar revela-se uma actividade incompatível com a frequência de ambientes formais de formação; os adultos têm imensas dificuldades em aprender nas nossas escolas; no interior continua a ser mais difícil aceder à escola do que no litoral.

O reforço do apoio social a famílias mais frágeis, a disponibilização crescente de cursos de características mais tecnológicas e profissionalizantes ao nível dos ensinos básico e secundário e o alargamento da rede de Centros de Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências (incluindo a sua promoção pelas empresas) são algumas das medidas já concretizadas pelo actual Governo, que irão permitir o acesso ou o retorno de muitos(as) portugueses(as) ao sistema formal de aprendizagem, particularmente aqueles(as) que,

enquanto jovens, não tiveram essa oportunidade.

Permanência: Não basta entrar. É fundamental entrar e permanecer, com qualidade, nos ambientes formais de aprendizagem. O abandono escolar precoce ao nível do ensino básico, as baixas taxas de escolarização no ensino secundário e a fraquíssima participação dos adultos em actividades de aprendizagem formal ao longo das respectivas vidas são verdadeiros pontos negros do sistema educativo português. Nesta área, o Governo está a enfrentar estes pontos negros, ao apostar decisivamente no ensino secundário e na oferta formativa destinada aos adultos, através de um vasto programa de política educativa e formativa denominado *Novas Oportunidades*, que se assume como a maior aposta de sempre na qualificação da população portuguesa.

Sucesso: Não basta entrar e permanecer. É vital que as aprendizagens que se realizam nos ambientes formais de educação sejam bem sucedidas, reforcem a competência e a atitude de quem as realiza e se materializem na vida quotidiana como uma verdadeira vantagem quantitativa e qualitativa para quem as realizou. Por outras palavras, *aprender* deverá ter consequências na realização pessoal e profissional de cada indivíduo, na capacidade empreendedora pessoal e colectiva e, por último, no reforço da competitividade do nosso país, quando comparado com os outros países com quem nos queremos e devemos comparar: os países desenvolvidos.

O apoio pedagógico acrescido aos alunos com evidências precoces de insucesso, o alargamento do horário de aprendizagem nas escolas, a disponibilização da língua inglesa no 1º Ciclo do Ensino Básico, a maior estabilidade na colocação de docentes, a reorganização da rede escolar (concentrando os jovens alunos em escolas com maior escala humana, biblioteca e centro de recursos, professores qualificados, diversidade de actividades curriculares e extracurriculares...), a disponibilização de uma refeição quente a todas as crianças do ensino básico, entre outras medidas, são exemplos do que se está a fazer no sentido de reunir as melhores condições para construir uma escola de sucesso.

Construir uma escola acessível e possível para todos é uma obra muito difícil de concretizar, mas absolutamente necessária para o futuro de Portugal. É esta enorme obra — a que me atrevera de chamar de *Alqueva Humano* — que o Governo do Partido Socialista está a edificar. *Uma obra de esquerda, com marca socialista, e na qual todos(as) somos operários(as)*.

OPINIÃO

UMA VITÓRIA DO GOVERNO E UM GRANDE BENEFÍCIO PARA PORTUGAL

O nosso primeiro-ministro, uma vez mais, saiu vitorioso e Portugal ganhou. Derrotados e isolados ficaram os velhos do Restelo da Europa e os profetas da desgraça e pessimistas da construção europeia.



ARMANDO FRANÇA
Deputado na AR

No recente Conselho Europeu de Bruxelas, o Governo português logrou obter um importante pacote financeiro para Portugal, para o período 2007/2013.

Com efeito, na sequência de intensas negociações lideradas por José Sócrates, as reivindicações portuguesas no que respeita às Perspectivas Financeiras 2007/2013 saldaram-se pelo reconhecimento da justeza da posição de Portugal por parte do Reino Unido e pela consequente aceitação das nossas propostas pelos 25 Estados-membros.

O assunto, como é sabido, tinha a maior importância não só para Portugal mas também para o processo de construção europeia e em especial para os 10 novos países do mais recente alargamento.

O Reino Unido, como lhe competia, apresentou as suas propostas de orçamento, a última das quais (a terceira) no montante de 862 mil milhões de euros foi aceite e acordada pelos 25 Estados-membros.

Este acordo, que viabiliza o orçamento da União até 2013, tem várias virtualidades. Em primeiro lugar, reforça o espírito europeu e de construção da Europa, na medida em que, uma vez mais, a União supera dificuldades de concertação de interesses aparentemente inconciliáveis e, sobretudo, relança a confiança, tão abalada depois dos Não ao Tratado Constitucional da França e da Holanda. Em segundo lugar, porque este acordo é o sinal mais positivo que os novos 10 Estados-membros podiam ter da Europa, o que naturalmente lhes reforça também a crença no projecto de construção europeia.

Depois, este acordo fornece os meios financeiros adequados à continuação das políticas de coesão, de desenvolvimento equilibrado e sustentado, de solidariedade e de prosperidade que são matriz e objectivos da União Europeia.

Para Portugal, este acordo, que o nosso Governo prosseguiu e conseguiu, foi um muito bom acordo. O valor global destinado a Portugal é de 22,5 mil milhões de euros, para o período em apreço, dos quais 19,183 mil milhões para Fundos Estruturais e Coesão e 2,143 mil milhões para o Desenvolvimento Rural e Pescas. Além disso, há uma parte destinada ao Desenvolvimento Rural/FEOGA (320 milhões de Euros) que poderá ser gasto sem comparticipação nacional. Depois, Portugal beneficiará de uma percentagem de comparticipação de 85 por cento em projectos FEDER, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão; poderá ainda executar os fundos até ao terceiro ano depois de 2013 (regra N + 3); poderá também incluir IVA não dedutível nas despesas elegíveis para o co-financiamento comunitário; e, finalmente, projectos de parceria público-privada poderão ser financiados pelos Fundos Estruturais e de Coesão considerando não só o investimento público mas também o privado.

Este foi um acordo histórico para Portugal e o melhor de sempre tendo em vista, sobretudo, que agora há mais 10 novos Estados-membros, que o montante global do orçamento comunitário diminuiu e que há regiões de Portugal que saem do objectivo 1. da coesão (Lisboa, Algarve e Madeira).

O nosso primeiro-ministro, uma vez mais, saiu vitorioso e Portugal ganhou. Derrotados e isolados ficaram os velhos do Restelo da Europa e os profetas da desgraça e pessimistas da construção europeia.

A partir de agora, poderemos encarar com redobrado ânimo e acrescida confiança a estratégia de aposta na política do conhecimento, da inovação, da formação, do emprego e da coesão definida pelo nosso Governo e substanciada, nomeadamente, no Plano Tecnológico e na Estratégia de Lisboa para Portugal.

NO PRESENTE... RECORDANDO O PASSADO

ARMANDO SOUSA BASTOS DE LACERDA

Dirigente sindical

Há 57 anos, eu e Mário Soares estávamos empenhados noutras eleições presidenciais, no fim das quais, ambos fomos presos. De facto, a 11 de Fevereiro, dia seguinte ao término do período eleitoral, eu era preso à porta da residência do general Norton de Matos, onde estava localizada a sede de campanha, e iria "festejar" o meu 19º aniversário incomunicável nos "curros" do Aljube.

Mário Soares seria preso no dia 13, na sua residência, e iria casar com Maria Barroso numa cela do mesmo Aljube.

Ao lembrar este episódio de um passado já longo, recordo a vida deste homem que no decorrer de 60 anos, desde 1945, me habituei a ver na primeira linha da luta pela liberdade, pela democracia e por Portugal.

Foi assim no período da ditadura, sempre lutando e sofrendo! Por isso, várias prisões.

Assim foi depois do 25 de Abril em que, face ao perigo de instalação de um novo regime totalitário, liderou a luta pela manutenção da democracia.

Foi assim no seu primeiro Governo em que, apesar de o apelidarem de não ter paciência para estudar "dossiers", salvou o país da bancarrota devido ao estado em que o gonçalvismo o havia deixado.

Mais tarde, de novo no Governo, volta a enfrentar o perigo da bancarrota em que o Governo da AD, muito principalmente pela situação criada por Cavaco Silva no curto período em

que foi ministro das Finanças, havia deixado o país.

Ao longo de todo este período, move todas as suas influências no estrangeiro para integrar Portugal na comunidade europeia. Já como Presidente da República, como Presidente de todos os portugueses esquece a sua origem partidária para, respeitando a vontade do povo, convocar eleições antecipadas e permitir, assim, a primeira maioria absoluta de Cavaco Silva.

De novo agora, face ao comodismo e calculismo de alguns e à necessidade de unir todos os portugueses, nesta hora particularmente difícil que o país atravessa, resolve enfrentar uma nova campanha eleitoral que muitos consideravam antecipadamente perdida, esquecendo o seu direito ao descanso e ao desejo de escrever os seus livros.

E lá-fô de uma forma natural e espontânea, com uma jovialidade que, apesar dos seus 81 anos, torna todos os outros candidatos mais velhos que ele e, principalmente, sem nunca se apresentar como "um salvador da pátria" ou como um homem "que nunca se engana e raramente tem dúvidas".

Este é o Homem que, mais uma vez, põe acima do seu merecido descanso a obrigação de servir os valores sagrados da liberdade e da democracia.

Ele é o único capaz de unir os portugueses em torno de ideias e valores que lhes possam restituir a confiança neles próprios e em Portugal.

Este é o Homem em quem, no dia 22 de Janeiro, vou votar porque *voto pela democracia e pela liberdade mas muito principalmente porque voto por Portugal*.

JOSÉ SÓCRATES GARANTE

FUNDOS COMUNITÁRIOS VÃO QUALIFICAR OS PORTUGUESES

No debate mensal o primeiro-ministro garantiu que o Governo vai rever a estratégia da aplicação dos fundos comunitários seguida até aqui em Portugal. Concentração e selectividade são as novas palavras-chave para o desenvolvimento de Portugal.

Foi um primeiro-ministro seguro e decidido que se apresentou no Parlamento para o debate mensal, quatro dias após a primeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) terem chegado a acordo sobre o orçamento comunitário para 2007-2013.

Um orçamento que, apesar de restritivo e de não ter logrado enfrentar em plenitude as questões estruturais, põe fim, como sublinhou José Sócrates, a uma longa sucessão de impasses nos instrumentos fundamentais da construção europeia.

Este acordo, como defendeu o primeiro-ministro, é uma boa notícia para Portugal e perspectiva um excelente resultado para o nosso país.

Apesar de ter manifestado na sua intervenção na Assembleia da República que desejava que a UE tivesse chegado mais longe, com outra ambição e outro espírito reformador em matéria de orçamento comunitário, José Sócrates não deixou contudo de defender que "contra todas as expectativas" Portugal acabou por conseguir um acordo final "ainda melhor de que aquele que estava previsto em Junho passado".

Neste sentido, lembrou, o nosso país vai receber entre 2007 e 2013, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), 22,5 mil milhões de euros de fundos, significativamente mais do que estava previsto em Março deste ano, quando a proposta que na altura estava sobre a mesa das negociações não previa para o nosso país a concessão de uma verba maior do que cerca de 17 mil milhões de euros, podendo, segundo os dados mais optimistas, e quando muito, alcançar no máximo os 18,5 mil milhões de euros.

Ora, Portugal, como disse o primeiro-ministro no Parlamento, não só conseguiu aumentar os apoios no âmbito do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) como viu rectificadas um conjunto de novas vantagens em relação a aplicação dos fundos.

É o caso dos montantes adicionais transferidos para o desenvolvimento rural no valor de 320 milhões de euros, que passam a poder ser utilizados sem qualquer co-financiamento nacional, uma regra, como lembrou o primeiro-ministro, que só beneficia Portugal e que se traduz, no concreto, "no reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa", facto que, como disse, "vem permitir libertar recursos nacionais em cerca de 80 milhões de euros".

Por outro lado, a taxa máxima de co-financiamento comunitário nos projectos dos fundos estruturais sobe 5 por cento, elevando-se dos actuais 80 para 85 por cento.

Mas outras regras foram igualmente introduzidas como é o caso do chamado IVA não dedutível nos projectos que passa a ser elegível para o co-financiamento comunitário, facto que, só por si, como sublinhou na sua intervenção na Assembleia da República, "pode representar um ganho da ordem dos 800 milhões de euros para os organismos da administração pública e para as câmaras municipais".

Outras das medidas também anunciadas referem-se aos investimentos em projectos realizados em parcerias público-privadas que passam a poder ser elegíveis no quadro dos financiamentos comunitários.

Finalmente, e também no âmbito dos novos benefícios alcançados por Portugal, referência para o facto de a execução dos fundos estruturais passar a beneficiar de uma maior flexibilidade temporal, alterando-se a regra N+2 para a regra de N+3, facto que vai permitir alargar em um ano o prazo de execução dos fundos, o que favorece, como lembrou José Sócrates, "a plena utilização dos recursos comunitários disponíveis".

Tratam-se pois de excelentes notícias para o país, apesar de "teremos ficado longe de um orçamento comunitário exemplar", lembrou o primeiro-ministro. Muito do êxito alcançado neste acordo,



referiu ainda José Sócrates, deve-se ao esforço, firmeza e empenho demonstrados pelo trabalho exemplar empreendido, entre outros, "pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, bem como da diplomacia portuguesa".

Aplicação dos fundos comunitários para 2007/2013

Portugal passa a partir de agora, como defendeu o primeiro-ministro, a dispor de um quadro financeiro comunitário estável para um período de sete anos. Trata-se, como sublinhou, de uma oportunidade decisiva para que o nosso país e o actual Governo olhem para o futuro com a certeza de que será possível proceder a uma viragem efectiva e sustentada do nosso desenvolvimento, modernizando processos e perspectivando uma aplicação dos fundos europeus com critérios substancialmente diferentes dos seguidos até agora.

Neste sentido, o primeiro-ministro garantiu no Parlamento que os dinheiros comunitários terão, a partir de agora, de seguir quatro prioridades fundamentais: qualificar os portugueses, promover a competitividade, modernizar a administração pública e valorizar o território.

Quanto ao primeiro caso, e na perspectiva do Executivo, só investindo no conhecimento e na melhoria do desempenho do nosso sistema de educação e formação é que poderemos superar os actuais bloqueios estruturais com que nos deparamos ao nível do desenvolvimento. Em segundo lugar, como também defendeu José Sócrates, promover a competitividade significa

que só introduzindo a modernização tecnológica e a inovação, em simultâneo com a renovação do tecido empresarial e produtivo, será possível a Portugal apostar fortemente no sector da exportação e deste modo responder aos desafios cada vez mais exigentes da economia global.

Finalmente em relação aos dois últimos aspectos, o primeiro-ministro foi ao Parlamento dizer que o Estado terá, por um lado, que proceder a uma efectiva redução da despesa pública, nomeadamente combatendo a burocracia e prestando serviços de forma mais eficiente, e, por outro, apostar numa mais eficiente qualificação nas políticas de preservação do ambiente e ordenamento e gestão do território, racionalizando a rede de infra-estruturas de modo a possibilitar estratégias sustentáveis de desenvolvimento regional e local ao serviço da coesão territorial.

Estas serão, como garantiu o primeiro-ministro, as prioridades estratégicas para a aplicação dos fundos comunitários no âmbito do QCA para 2007/2013.

Para que se possam alcançar estes objectivos, como também lembrou José Sócrates no Parlamento, há que simultaneamente aperfeiçoar o sistema de gestão dos fundos comunitários, apostando na concentração e na selectividade.

Por um lado, e a experiência tem-nos vindo a mostrar esta realidade, disse o primeiro-ministro, é necessário reduzir o número de programas operacionais, caminho que, adiantou, vai permitir a Portugal combater a dispersão obtendo deste modo "uma gestão mais eficiente e mais focada nas prioridades que o país

deve seguir", e por outro lado, "ao apostar num critério mais selectivo", garante-se uma maior qualidade dos projectos já que passam a "introduzir mecanismos de avaliação e hierarquização mais rigorosos em função do seu impacto na competitividade da economia".

Muito em breve, anunciou José Sócrates, o Conselho de Ministros, procederá à aprovação das orientações para a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), mecanismo que vai nortear a gestão destes fundos. E estando em causa matéria tão relevante para o desenvolvimento do país, adiantou ainda o primeiro-ministro, naturalmente que a "Assembleia da República, os municípios, os parceiros sociais e o Conselho Económico e Social serão envolvidos no processo de discussão das orientações a prosseguir", por forma a que, como salientou, "o futuro Quadro Comunitário de Apoio possa resultar de um processo amplamente participado".

Neste debate mensal com o primeiro-ministro foi ainda anunciado por José Sócrates que o Governo está já a preparar a presidência portuguesa, acontecimento que terá lugar no segundo trimestre de 2007. A 18 meses da nossa presidência, disse o chefe do governo, o último Conselho de Ministros já definiu as linhas-mestras desta Presidência e na sua próxima reunião, o Executivo "aprovará a criação da Estrutura de Missão encarregue dessa preparação". Naturalmente, como também referiu, é ainda cedo para "estarmos a definir tópicos políticos fundamentais que hão-de marcar a Presidência portuguesa", mas temas como a Agenda de Lisboa, o Processo de Bolonha, a sociedade do conhecimento, a investigação científica e tecnológica, as migrações e a Cimeira Europa-Africa "serão temas que estarão certamente sobre a mesa".

Quanto ao Tratado Constitucional europeu, outros dos assuntos abordados nesta intervenção, José Sócrates lembrou que o Conselho Europeu de Junho decidiu que cada país deveria promover um amplo debate de reflexão, razão pela qual, e seguindo esta estratégia, o Governo português, disse o primeiro-ministro, "apresentará sobre o assunto um programa de acção, já em Janeiro próximo". Aprofundar a construção europeia, disse José Sócrates, "é estar ao serviço, também, dos interesses de Portugal e dos portugueses".

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o